



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS ERECHIM**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA**

**MARILI FÁTIMA BELLINI**

**A INCLUSÃO DAS MULHERES NA FILOSOFIA E NA SOCIEDADE: A  
MARGINALIZAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS EM POSIÇÕES DE  
LIDERANÇA À LUZ DE NÍSIA FLORESTA**

**ERECHIM - RS**

**2026**

**MARILI FÁTIMA BELLINI**

**A INCLUSÃO DAS MULHERES NA FILOSOFIA E NA SOCIEDADE: A  
MARGINALIZAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS EM POSIÇÕES DE  
LIDERANÇA À LUZ DE NÍSIA FLORESTA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de licenciatura em Filosofia, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para aprovação no componente curricular Trabalho de conclusão de curso II.

Orientador: Prof. Dr. Leno Francisco Danner

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Joice Beatriz da Costa

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Bellini, Marili Fátima

A inclusão das mulheres na Filosofia e na sociedade:  
A marginalização das mulheres indígenas em posições de  
liderança à luz de Nisia Floresta / Marili Fátima  
Bellini. -- 2026.  
47 f.

Orientador: Dr. Leno Francisco Danner

Co-orientadora: Dr<sup>a</sup> Joice Beatriz da Costa

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Licenciatura em Filosofia, Erechim, RS, 2026.

1. Mulheres Indígenas. 2. Mulheres na Filosofia. 3.  
Nisia Floresta. 4. Sociedade. 5. invisibilidade. I.  
Danner, Leno Francisco, orient. II. Costa, Joice Beatriz  
da, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira  
Sul. IV. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
COORDENAÇÃO ACADÊMICA - ERECHIM

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC N° 4/2026 - ACAD - ER (10.44.05)

N° do Protocolo: 23205.017682/2026-36

Erechim-RS, 22 de junho de 2026.

**Ata de defesa final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às dezessete horas, por meio da Plataforma Google Meet, conforme possibilidade dada pelo Comunicado Conjunto n°. 1/PROGESP /PROGRAD/UFS/2026 e pelo Comunicado n°. 4/CER/UFS/2026, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos(as) professores(as): Prof. Orientador Dr. Leno Francisco Danner (UFS), Prof. Dr. Fernando Danner (UFS) e Prof. Dr. Alcione Roberto Roani (UFS), com o objetivo de avaliar o trabalho do(a) candidato(a) Marili Fátima Bellini, intitulado "INCLUSÃO DAS MULHERES NA FILOSOFIA E NA SOCIEDADE: A MARGINALIZAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS EM POSIÇÕES DE LIDERANÇA À LUZ DE NÍSIA FLORESTA". Os trabalhos foram iniciados pelo Presidente da Banca e Orientador(a) Professor(a) Leno Francisco Danner. A seguir, foi dada a palavra ao candidato(a) para a apresentação do seu trabalho e, na sequência, iniciou-se a arguição pelos membros da banca. Terminadas as arguições, procedeu-se a avaliação do trabalho. Computadas as notas, o Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado, tendo sido o candidato(a) considerado(a) APROVADO com média final NOVENTA (90), completando, assim, uma das exigências para a Graduação em Filosofia – Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS), do *campus* Erechim. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Erechim, 29 de junho de 2026.

Reformulação (X) Sim ( ) Não

Correções a serem realizadas: Correções gramaticais; complemento da introdução, com a apresentação da estrutura dos capítulos; complemento da conclusão, com a exposição de ações propositivas para se enfrentar a violência de gênero nas comunidades indígenas, à luz do arcabouço filosófico estudado.

*(Assinado digitalmente em 29/06/2026 23:06)*

ALCIONE ROBERTO ROANI  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
CAPPG - ER (10.44.05.09)  
Matricula: ###649#0

*(Assinado digitalmente em 29/06/2026 21:55)*

FERNANDO DANNER  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
ACAD - ER (10.44.05)  
Matricula: ###342#1

*(Assinado digitalmente em 29/06/2026 21:51)*

LENO FRANCISCO DANNER  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
ACAD - ER (10.44.05)  
Matricula: ###135#6

Visualize o documento original em <https://sipac.uffs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 4, ano: 2026, tipo: ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC, data de emissão: 22/06/2026 e o código de verificação: a4fcbd9b79

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado coragem para enfrentar esses dias difíceis. Em segundo lugar, à minha família, aos meus filhos Renata e Odivan e ao meu companheiro, por nunca terem me deixado desistir de terminar a minha graduação. Se hoje consegui terminar esse curso, foi pela força de vocês. À minha orientadora Joice Beatriz da Costa pela paciência e por ser uma professora que me incentivou a escrever sobre a realidade das mulheres em geral, principalmente da mulher indígena. Também não posso deixar de agradecer à Universidade Federal da Fronteira Sul-Campus Erechim, por ter esse acolhimento à diversidade de etnias, enfim, a todos os professores, colegas e funcionários.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a forma como as mulheres foram historicamente excluídas do campo da filosofia e da sociedade, com ênfase na invisibilidade das mulheres indígenas em papéis de liderança e poder. A pesquisa parte das reflexões de autoras como Juliana Pacheco, Maria Luísa Ribeiro e, principalmente, Nísia Floresta, buscando compreender como a produção intelectual feminina foi silenciada ao longo do tempo e quais impactos essa exclusão gerou no meio acadêmico e social. O problema que norteia este estudo consiste em compreender por que as mulheres, especialmente as mulheres indígenas, ainda são pouco reconhecidas como sujeitos de saber e decisão, mesmo sendo fundamentais para a organização e a continuidade de suas comunidades. A metodologia utilizada é de natureza bibliográfica, fundamentada na análise de obras filosóficas e estudos contemporâneos que abordam gênero, filosofia e a condição da mulher indígena. A partir dessa investigação, observa-se que a exclusão feminina não se limita ao passado, mas permanece presente nas estruturas sociais e culturais atuais, reforçando desigualdades e práticas de silenciamento. Nesse sentido, o pensamento de Nísia Floresta contribui de forma significativa ao defender a igualdade racional entre homens e mulheres e ao destacar a educação como instrumento de emancipação. Conclui-se que a valorização da mulher como sujeito pensante e atuante é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao evidenciar a realidade das mulheres indígenas em suas comunidades, este trabalho busca contribuir para o fortalecimento de suas vozes, reconhecendo sua importância não apenas como guardiãs da cultura, mas como agentes capazes de transformar o modo de pensar e agir da sociedade.

**Palavras-chave:** Mulheres na filosofia; Mulheres indígenas; Nísia Floresta; Sociedade; Invisibilidade; Feminicídio.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the historical exclusion of women from the field of philosophy and from society, with particular emphasis on the invisibility of Indigenous women in positions of leadership and power. The research is based on the reflections of authors such as Juliana Pacheco, Maria Luísa Ribeiro, and especially Nísia Floresta, seeking to understand how female intellectual production has been silenced throughout history and the impacts of this exclusion on academic and social contexts. The guiding problem of this study is to understand why women, especially Indigenous women, are still rarely recognized as subjects of knowledge and decision-making, despite their fundamental role in the organization and continuity of their communities. The methodology adopted is bibliographic in nature, grounded in the analysis of philosophical works and contemporary studies that address gender, philosophy, and the condition of Indigenous women. The findings indicate that female exclusion is not restricted to the past but remains present in current social and cultural structures, reinforcing inequalities and practices of silencing. In this context, the thought of Nísia Floresta offers a significant contribution by defending the rational equality between men and women and emphasizing education as a tool for emancipation. It is concluded that valuing women as thinking and active subjects is essential for the construction of a more just and egalitarian society. By highlighting the reality of Indigenous women within their communities, this study seeks to contribute to the strengthening of their voices, recognizing their importance not only as guardians of culture but also as agents capable of transforming the way society thinks and acts.

**Keywords:** Women in philosophy; Indigenous women; Nísia Floresta; Society; Invisibility; Femicide.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                             |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                                                           | <b>8</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1 - MULHERES E FILÓSOFAS: EXCLUSÕES E INVISIBILIDADES NA TRADIÇÃO FILOSÓFICA OCIDENTAL</b>                      | <b>10</b> |
| 1.1. Invisibilidade das mulheres na filosofia                                                                               | 10        |
| 1.2. Filósofas e seus textos: alguns cenários fora e dentro do Brasil                                                       | 16        |
| <b>CAPÍTULO 2 - NÍSIA FLORESTA E A LUTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES</b>                                                     | <b>21</b> |
| 2.1. Nísia Floresta: do direito das mulheres e da injustiça dos homens                                                      | 22        |
| 2.2. Nísia Floresta e luta das mulheres indígenas por dignidade                                                             | 26        |
| <b>CAPÍTULO 3 - MULHERES INDÍGENAS: EXCLUSÕES E INVISIBILIDADES</b>                                                         | <b>30</b> |
| 3.1. O feminicídio e a luta pelo direito de inclusão de mulheres nas aldeias indígenas: uma análise à luz de Nísia Floresta | 30        |
| 3.2. Como a filosofia de Nísia Floresta pode contribuir para a luta pela inclusão das mulheres indígenas?                   | 32        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                                                                                 | <b>43</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                                                          | <b>45</b> |

## INTRODUÇÃO

Estar em sociedade exige de cada sujeito não apenas a repetição de padrões herdados, mas a construção de um olhar crítico sobre si e sobre o mundo. Viver de forma consciente significa buscar o autoconhecimento e, a partir dele, adquirir forças para romper com estruturas que historicamente silenciam, marginalizam e excluem. Segundo Nísia Floresta (1995), é necessário que a mulher conheça a si mesma para compreender a opressão que sofre e, assim, transformá-la em resistência. Nesse sentido, este trabalho parte da urgência de ouvir e valorizar as vozes femininas, especialmente das mulheres indígenas, que ainda hoje enfrentam múltiplas camadas de invisibilização em suas comunidades e na sociedade em geral.

O acesso ao conhecimento e à escrita foi, durante séculos, restrito às figuras masculinas. Como apontam Pacheco (2015) e Ferreira (2009), a história da filosofia (bem como outras áreas do saber) marginalizou as contribuições femininas, tratando-as como inferiores ou irrelevantes. Ao longo da formação acadêmica, muitas estudantes começam a perceber essa ausência e, motivadas por essa lacuna, buscam construir espaços de fala e de escrita que valorizem suas experiências e saberes. O campo universitário, ainda predominantemente masculino, representa para essas mulheres um território de enfrentamento e transformação. É nesse contexto que surgem as inquietações que motivam esta pesquisa: por que as mulheres, especialmente as indígenas, ainda são silenciadas em espaços de poder e decisão? Que caminhos podem ser trilhados para garantir sua inclusão e reconhecimento?

O pensamento de Nísia Floresta serve como referência essencial para compreender a relação entre gênero, educação e emancipação feminina. Ao propor que as mulheres sejam vistas como seres racionais e capazes de exercer poder sobre suas próprias vidas, Floresta (1995) antecipa debates que ainda são urgentes. No entanto, mesmo diante de avanços legislativos e sociais, mulheres continuam sendo agredidas, desvalorizadas e apagadas. A autora destaca que muitos homens ainda enxergam a mulher como propriedade, naturalizando relações de subordinação que começam no ambiente doméstico e se estendem à esfera pública. Essa lógica é ainda mais cruel quando aplicada às mulheres indígenas, cuja existência é marcada por uma dupla invisibilidade: a de gênero e a étnica.

Nas comunidades indígenas, as mulheres frequentemente não possuem espaço para expressar suas opiniões ou participar de decisões coletivas. A educação, enquanto ferramenta de emancipação, ainda é negada a muitas meninas, reforçando um ciclo de exclusão e dependência. Conforme Almeida, Angelin e Veronese (2021), a falta de reconhecimento das

identidades femininas indígenas contribui para a manutenção de desigualdades estruturais e de práticas violentas, como o feminicídio e a opressão cultural. Por isso, este trabalho também busca evidenciar como a filosofia especialmente a partir da obra de autoras como Floresta e das reflexões contemporâneas sobre gênero pode contribuir para o fortalecimento das mulheres indígenas como agentes de transformação em suas comunidades.

A metodologia utilizada neste trabalho fundamenta-se na pesquisa bibliográfica, com base em textos de autoras que abordam as relações de gênero, a presença feminina na filosofia e as especificidades da vivência das mulheres indígenas. As leituras feitas ao longo da graduação, bem como os incentivos de docentes e autoras como Juliana Pacheco (2016) e Margutti (2019), foram fundamentais para o desenvolvimento da perspectiva crítica que orienta esta pesquisa. O objetivo é contribuir para o debate sobre a inclusão das mulheres nos espaços de poder, reconhecendo sua importância na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Como afirma Floresta (1995), "a vida começa a partir do momento em que a violência acaba". Essa frase sintetiza o desejo que move este trabalho: romper com o silêncio imposto às mulheres indígenas e construir, por meio do conhecimento e da escrita, caminhos de dignidade, autonomia e liberdade.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo aborda a exclusão histórica das mulheres da tradição filosófica ocidental, evidenciando os processos de invisibilização das filósofas e a importância do resgate de suas contribuições para a construção de um pensamento mais plural e inclusivo.

O segundo capítulo analisa o pensamento de Nísia Floresta, destacando sua defesa da igualdade entre homens e mulheres, do direito à educação e da emancipação feminina, estabelecendo um diálogo entre suas reflexões e a realidade das mulheres indígenas. Por fim, o terceiro capítulo discute as formas de exclusão e violência vivenciadas pelas mulheres indígenas, especialmente no que se refere à limitação de sua participação em espaços de liderança e decisão, propondo uma reflexão sobre como a filosofia de Nísia Floresta pode contribuir para o fortalecimento de seus direitos, de sua autonomia e de seu reconhecimento social.

## **CAPÍTULO 1 - MULHERES E FILÓSOFAS: EXCLUSÕES E INVISIBILIDADES NA TRADIÇÃO FILOSÓFICA OCIDENTAL**

É notável dizer que o espaço filosófico sempre foi ocupado por filósofos e esses deram suas contribuições ao longo do tempo e marcaram o modo como as sociedades pensavam. Houve, ao longo desse grande período de mais de 3000 anos, tentativas importantes de contradizer essa situação por mulheres pensadoras e ativistas. Nesse sentido, há um desconforto em relação aos estudantes de filosofia. Será um momento de perplexidade e estranheza perceber e refletir o quanto e como no âmbito filosófico institucional e fora dele as filósofas estiveram e ainda, em parte, estão hoje ausentes e pouco ou nada valorizadas com suas pesquisas, seus textos e suas falas. Portanto, esse trabalho de conclusão de curso propõe-se a pensar e refletir, de modo geral, esse cenário da filosofia ocidental.

Com isso, o objetivo deste capítulo é abordar as invisibilidades e exclusões das mulheres filósofas no âmbito da filosofia ocidental, com acento em especial no cenário brasileiro. Nossa questão filosófica central é: como a filosofia pode contribuir com a inclusão das mulheres, especialmente, as mulheres indígenas nos debates sobre os direitos das pessoas dentro (e fora) das aldeias indígenas no Brasil?

### **1.1. Invisibilidade das mulheres na filosofia**

As filósofas sempre lutaram para ser vistas no meio da sociedade. No entanto, em muitos períodos históricos, os costumes sociais impunham à mulher um papel restrito aos afazeres domésticos, à criação dos filhos e à obediência ao companheiro. Nesse contexto, sua existência era associada à esfera privada, como se não pudesse ocupar posições de reflexão, criação ou liderança. Essas são apenas algumas das questões fundamentais na história da filosofia, em que a figura feminina foi sistematicamente marginalizada. Em sua maioria, as mulheres só tiveram sua história contada a partir do momento em que ingressaram no meio acadêmico. A partir disso, muitas puderam adquirir conhecimentos que passaram a compartilhar com outras mulheres em suas comunidades, promovendo, assim, um processo de conscientização sobre os cuidados que deveriam ter com seus corpos, suas vozes e seus direitos.

Esse movimento de tomada de consciência permitiu que as mulheres fossem vistas de outra forma. Quando os homens perceberam que elas estavam adequadas ou preparadas para ocupar espaços de saber, houve reações diversas: alguns tentaram silenciá-las, outros reconheceram seu potencial. A cada dia, a mulher se vê diante de novos desafios, seja no campo acadêmico, seja nos espaços de convivência cotidiana. Isso não a impede de avançar,

ainda que continue sendo desvalorizada e desacreditada por muitos. A mulher, por muito tempo, foi considerada frágil e sensível, incapaz de ocupar espaços dominados por homens. No entanto, foi exatamente por meio dos seus textos e reflexões que as filósofas começaram a romper com esses estigmas e a conquistar visibilidade. Como afirma Pacheco (2015), é necessário romper com a tradição patriarcal que sustenta essas exclusões. Tal tradição, construída por homens, relegou a mulher a um segundo plano nos espaços filosóficos e sociais.

Pacheco (2015) destaca que, historicamente, as filósofas não apenas existiam, mas também produziram argumentos e visões originais sobre o mundo. No entanto, seus textos muitas vezes foram escondidos ou publicados sob nomes masculinos, apagando suas contribuições. Um exemplo significativo é Sócrates, que, embora tenha dialogado com diversas pessoas em espaços públicos, viveu em uma sociedade onde as mulheres eram impedidas de participar de debates filosóficos. Isso mostra como o silêncio imposto às mulheres era estrutural. Ainda hoje, muitas estudantes de filosofia relatam o espanto ao perceberem que suas formações são baseadas majoritariamente em autores homens, o que gera uma sensação de exclusão e desconexão com os próprios saberes.

A obra de Juliana Pacheco, *Mulher e Filosofia*, registra o momento em que as mulheres começaram a reivindicar sua presença no campo acadêmico. Essas autoras perceberam que, mesmo no século XXI, continuam sendo invisibilizadas em espaços onde a lógica masculina ainda impera. O que se percebe é que muitas vezes as mulheres são tratadas como autoras secundárias ou são totalmente excluídas dos programas de ensino. A reflexão proposta por essas pensadoras nos leva a questionar: onde estão as mulheres na história da filosofia? Por que suas ideias não são ensinadas com a mesma frequência que as dos homens?

Esse apagamento da história das mulheres revela muito sobre o funcionamento do sistema de saberes. Em muitos casos, os textos escritos por mulheres eram apropriados por homens, publicados com seus nomes e, assim, incorporados à tradição como se fossem produções masculinas. Esse processo revela não só uma usurpação intelectual, mas também uma negação do olhar e da vivência feminina. Como aponta Ferreira (2009), é fundamental resgatar esses escritos e inseri-los nos currículos escolares e acadêmicos, promovendo uma verdadeira valorização da diversidade epistemológica.

Com o avanço das discussões de gênero e a atuação de autoras como Juliana Pacheco, Maria Ferreira, Nísia Floresta, Margutti e outras, as mulheres passaram a ocupar, com mais firmeza, os espaços que lhes foram negados. Esse movimento não se trata de rivalizar com o pensamento masculino, mas de ampliar os horizontes do saber, incluindo a perspectiva de quem foi, por tanto tempo, silenciada. Nas palavras de Pacheco (2016, p. 31), “não há como

modificar a invisibilidade sofrida pelas mulheres no passado, mas, para que não permaneçam invisíveis no presente e nem no futuro, é necessário questionarmos e ao menos fazê-las visíveis no agora da filosofia”.

A universidade é hoje um dos principais espaços de acolhimento para o pensamento feminino. No entanto, ainda há resistência. Em muitas instituições, as professoras e alunas são minoria, e seus discursos muitas vezes são tratados com desconfiança. A dificuldade em acessar bibliografias escritas por mulheres e a ausência de debate sobre questões de gênero agravam ainda mais esse cenário. Por isso, é necessário investigar as causas dessa exclusão e propor caminhos para superá-la. Essa investigação deve partir da valorização do papel da mulher como sujeito pensante e crítico, capaz de contribuir com saberes plurais para a construção de uma sociedade mais justa.

Por fim, é urgente que os espaços acadêmicos e filosóficos promovam a equidade de gênero, reconhecendo a pluralidade de vozes que constroem o pensamento. As filósofas não são um apêndice da história da filosofia, mas parte fundamental dela. Ensinar filosofia com base apenas na tradição masculina é negar a existência de uma história que também foi escrita por mulheres. Somente ao reconhecer essa herança intelectual, será possível construir um campo filosófico verdadeiramente democrático e inclusivo.

Nesse sentido, pensar sobre valores exige atenção redobrada, especialmente quando se trata das aldeias indígenas, onde as mulheres enfrentam inúmeras limitações. É importante destacar que, nesses contextos, a mulher indígena costuma ser excluída dos espaços decisórios e tratada apenas como figura de cuidado e reprodução. Por isso, ela precisa de um acompanhamento que considere suas especificidades culturais, seu papel comunitário e sua existência enquanto sujeito de direitos. Como afirmam Almeida, Angelin e Veronese (2021), a ausência de reconhecimento das mulheres indígenas como líderes e pensadoras contribui para sua contínua invisibilização.

Não se pode negar que a presença da mulher nas aldeias é frequentemente ignorada pelas lideranças locais. Muitas dessas mulheres têm medo de expressar suas opiniões ou mesmo desconhecem seus próprios direitos. O medo, a insegurança e a falta de acesso à educação fazem com que as mulheres deixem de ocupar espaços que também lhes pertencem. O problema, portanto, não é a ausência de potencial, mas a estrutura que não reconhece sua legitimidade como sujeitos políticos. Quando elas ousam pensar diferente dos homens, ou questionar tradições que perpetuam desigualdades, são reprimidas ou silenciadas.

Esses encontros promovidos por autoras como Juliana Pacheco, Nísia Floresta e Maria Ferreira representam um marco simbólico importante. Foram momentos em que essas mulheres decidiram romper o silêncio e ocupar o espaço público com suas ideias. A intenção

era mostrar que o campo filosófico não se restringe ao pensamento masculino, mas também pode e deve ser habitado por perspectivas femininas. Como consequência, essas autoras sofreram críticas e resistências, mas abriram caminho para que outras mulheres pudessem ocupar o mesmo lugar. O campo da filosofia, que antes era fechado aos homens, começou a sentir o impacto da presença feminina que ali se instalava com profundidade e autoridade.

A intenção das autoras não era suprimir o pensamento masculino, mas ampliar o escopo das reflexões sobre a existência humana. A proposta era participar dos debates de forma autônoma, apresentando argumentos que nascem da vivência feminina, do corpo feminino, das dores e lutas específicas das mulheres. Muitas vezes, esses saberes foram desvalorizados por não se enquadrarem nas normas patriarcais ou acadêmicas. No entanto, é a partir da crítica a essas tradições que se constrói um novo paradigma, no qual as mulheres podem pensar sobre as culturas, os valores e as estruturas que as oprimem.

Em determinado momento histórico principalmente entre os séculos XIX e XX tornou-se necessário que a mulher desse um "grito" simbólico para ser ouvida. Esse grito começou muitas vezes dentro de casa, na partilha das tarefas com o companheiro, e se estendeu à vida acadêmica, política e comunitária. Em espaços como as comunidades indígenas, onde a tradição patriarcal é ainda mais presente, as mulheres passaram a se organizar e a ocupar lugares de protagonismo, inclusive como responsáveis pelo bom andamento da comunidade. Contudo, seus feitos, ainda assim, foram frequentemente ignorados.

A mudança de percepção começa quando essas mulheres compreendem que o modo como estavam sendo tratadas não era natural, mas construído socialmente. A partir disso, elas passaram a reivindicar voz, ação e respeito. Perceberam que havia alternativas possíveis para além do papel submisso que lhes era imposto. Esse despertar provocou inquietação em muitos homens, que passaram a resistir às transformações. No entanto, com firmeza, essas mulheres demonstraram que não queriam substituir os homens, mas sim ocupar o espaço que sempre lhes foi negado.

Juliana Pacheco (2015), no livro *Mulher e Filosofia*, destaca que muitas mulheres filósofas escreveram e pensaram, mas seus textos foram invisibilizados ou apropriados por homens. Isso gera um duplo apagamento: primeiro, porque elas não eram reconhecidas como autoras legítimas, e, segundo, porque suas ideias eram publicadas sob nomes masculinos. Dessa forma, as contribuições femininas eram incorporadas ao pensamento filosófico como se fossem criações dos homens. Trata-se de uma injustiça histórica que ainda hoje reflete na ausência de autoras mulheres nos currículos universitários.

Esse espanto das estudantes de filosofia ao notarem que seus cursos são quase

totalmente preenchidos por textos masculinos revela uma profunda desigualdade epistemológica. Muitos professores sequer citam autoras, reforçando a ideia de que as mulheres não contribuíram para o desenvolvimento do pensamento filosófico. Isso cria um ciclo de apagamento e exclusão. Se as alunas não veem modelos femininos nos livros e nas aulas, tendem a se calar, duvidar de suas próprias capacidades e a se sentir deslocadas nesse ambiente. Como aponta Pugliese (2022), esse apagamento se dá de forma contínua, histórica e sistemática.

Durante séculos, as mulheres foram proibidas de frequentar universidades, de publicar livros, de participar de discussões públicas. Aquelas que ousavam fazê-lo eram punidas com silêncio, ridicularização ou exclusão. Muitas sequer puderam estudar em suas próprias comunidades. Como lembra Ferreira (2009), as mulheres eram vistas como seres frágeis, destinados apenas ao cuidado da casa e à submissão ao marido. Isso reforçava o estigma de que elas não poderiam pensar sobre o mundo de forma crítica ou racional. Na prática, essa exclusão se manifestava por meio de normas sociais que impediam qualquer tipo de protagonismo feminino.

Na Antiguidade, esse pensamento era justificado pela ideia de que a mulher era “de natureza” inferior ao homem. Isso significava, entre outras coisas, que ela era considerada incapaz de pensar, de liderar, de participar das decisões públicas. A fragilidade física era usada como argumento para reforçar sua fragilidade moral e intelectual. Com isso, excluía-se a mulher da vida política, da ciência, da arte e da filosofia. Essa tradição foi reforçada por filósofos clássicos que defendiam que o papel feminino era apenas o de servir e obedecer.

A mitologia grega, por exemplo, já apresentava figuras femininas de grande valor, como Atena, deusa da sabedoria. No entanto, essas mulheres mitológicas não eram vistas como modelos a serem seguidos pelas mulheres reais. O mundo grego valorizava a força e a razão como atributos masculinos, enquanto relegava às mulheres a emoção e a passividade. Esse dualismo influenciou profundamente a filosofia ocidental, que por muito tempo excluiu a mulher de sua estrutura conceitual.

No mundo contemporâneo, essa visão não é mais sustentável. A mulher hoje tem vez e voz. É protagonista de sua própria história. Como lembra Nastassja Pugliese (2022), entre os séculos XVI e XIX, o espaço acadêmico foi sistematicamente fechado às mulheres. Mesmo suas publicações, quando existiam, eram desconsideradas ou silenciadas. Apenas recentemente começamos a reavaliar esse passado e a reconhecer a importância de incluir a voz das mulheres no ensino, na pesquisa e na produção de conhecimento.

Dessa forma,

(...) podemos perguntar qual espaço ocupam na sociedade, se mães, geradoras, guerreiras, como preservam e modificam saberes tradicionais, quais suas aspirações e lugares de reconhecimento, e como essa vivência se expressa nos mitos, nas lendas e nas narrativas (Pugliese, 2022, p. 288).

Assim, é preciso refletir sobre os valores que moldam as divisões entre os gêneros, pois homens e mulheres caminham lado a lado na construção da vida em sociedade. A filosofia, enquanto campo do pensamento, precisa ser um espaço de inclusão, onde ambos possam colaborar e ser reconhecidos. Para isso, é necessário respeitar a opinião do outro e compreender que a diversidade de ideias enriquece a prática filosófica. Quando a filosofia é dominada por uma única perspectiva, neste caso a masculina, ela limita o pensamento e exclui experiências que também são legítimas. É por isso que é tão importante romper com os paradigmas excludentes e abrir caminhos para novas formas de pensar e existir no mundo.

Durante a maior parte da tradição filosófica ocidental, os debates foram monopolizados por homens. Isso fez com que as formas de pensar das mulheres fossem desconsideradas ou ridicularizadas. Maria Luísa Ferreira (2009) destaca que esse apagamento acontece desde a Antiguidade, e relembra a história de Themistoclea, filósofa e matemática que viveu no templo de Delfos por volta de 600 a.C. Ela foi uma das primeiras mulheres a influenciar outras pensadoras, mas sua existência foi praticamente apagada da história. Seus textos não foram preservados, e suas ideias foram incorporadas por homens como se fossem deles. O mesmo ocorreu com as mulheres lésbicas da ilha de Lesbos, que também contribuíram para a filosofia com poesia e reflexão, mas tiveram seus nomes esquecidos ou apagados.

Ferreira (2009) afirma que esses textos foram escondidos por muito tempo e que a sociedade patriarcal preferiu manter invisível tudo aquilo que desafiava sua ordem estabelecida. Muitas mulheres que ousaram viver sua sexualidade fora das normas foram julgadas ou associadas a práticas religiosas proibidas, como se a liberdade feminina fosse algo demoníaco ou contrário à presença de Deus. No entanto, como ressalta a autora, essas mulheres existiam, produziam, pensavam e influenciavam, mesmo sendo silenciadas pelas estruturas que não toleravam sua autonomia intelectual.

O mundo mudou, e a realidade de hoje exige uma revisão desses paradigmas. A mulher deixou de ser vista como figura exclusivamente doméstica e passou a ocupar espaços acadêmicos, políticos e sociais. No entanto, isso ainda é um processo em construção, que demanda enfrentamento contínuo. Pugliese (2022) mostra que, entre os séculos XVI e XIX, o espaço acadêmico foi sistematicamente fechado às mulheres. Mesmo quando conseguiam

publicar algo, suas obras eram ignoradas. Elas só foram reconhecidas porque insistiram em permanecer e resistir, enfrentando o machismo institucionalizado.

Por isso, é essencial resgatar esses nomes e histórias que ficaram escondidos. A valorização da produção intelectual feminina contribui para uma filosofia mais plural e democrática. Ao entender esse percurso, podemos compreender que a luta das mulheres por espaço e voz não é recente; ela atravessa séculos de silêncio e exclusão. A história das filósofas, como revela Pacheco (2015), foi marcada por resistência, coragem e busca por reconhecimento. E é com esse espírito que seguimos questionando: onde estão as filósofas? Por que seus nomes não estão nos manuais? O que nos impede de incluí-las na sala de aula, nos currículos, nas bibliotecas?

Conhecer textos acadêmicos escritos por mulheres e refletir sobre sua ausência nos dá a oportunidade de mudar a história contada até aqui. Não basta que a mulher esteja presente fisicamente no espaço universitário; é necessário que sua produção intelectual também seja valorizada. Só assim ela poderá se identificar como mulher, pensadora e agente de transformação social.

## **1.2. Filósofas e seus textos: alguns cenários fora e dentro do Brasil**

A mulher, desde os primórdios da história, esteve presente nos processos sociais e culturais, mas por diversas razões foi silenciada ou deixada de lado. Em muitos contextos históricos, buscou-se preservar sua intimidade e separá-la das atividades consideradas públicas, sob a justificativa de que homens e mulheres tinham papéis sociais distintos. Um dos responsáveis por essa separação foi o próprio pensamento filosófico tradicional, que, por meio da construção de argumentos baseados na inferioridade feminina, contribuiu para que as mulheres fossem afastadas dos espaços de poder. Essa divisão contribuiu para que elas ficassem à margem da história oficial do pensamento ocidental.

No livro *As Mulheres na Filosofia*, Maria Luísa Ferreira (2009), filósofa e pesquisadora, discute como a tradição filosófica perpetuou a exclusão feminina. Um exemplo citado por ela é a passagem do diálogo com Fédon, de Platão, no qual as mulheres são convidadas a se retirarem do local onde se dá a morte de Sócrates, sob a justificativa de sua suposta “sensibilidade” excessiva. Esse afastamento das mulheres da cena filosófica é simbólico, pois representa a exclusão feminina do momento final da vida de um dos maiores filósofos da história. Para Ferreira, essa retirada é um reflexo da crença grega de que o feminino não tinha lugar no espaço do saber e da razão.

O espaço público de debates era reservado aos homens, enquanto as mulheres eram

excluídas sob a alegação de que sua sensibilidade ou fragilidade as torna inadequadas para lidar com temas filosóficos profundos. Na prática, isso significava que elas não podiam estar presentes onde se discutia a morte, a ética, a verdade ou a justiça. Eram deixadas de fora tanto das discussões quanto das decisões. Esse contexto gerou um ciclo de silêncio, no qual as mulheres, mesmo sendo parte essencial da vida social, não tinham o direito de participar dos saberes que moldaram a cultura.

Na maioria das vezes, as mulheres sequer eram alfabetizadas. Não lhes era permitido aprender ou refletir sobre os assuntos considerados próprios para os homens. A ausência de acesso à educação formal dificultava o desenvolvimento de um pensamento crítico, o que, por sua vez, impedia que elas questionassem as estruturas que as oprimiam. O ingresso de mulheres no campo acadêmico representou um marco na luta pela igualdade de direitos, pois foi a partir desse momento que muitas começaram a conhecer seus próprios direitos e reivindicar a possibilidade de escrever suas próprias histórias.

O afastamento das mulheres dos debates filosóficos criou lacunas de compreensão e reprodução de ideias. Quando elas começaram a acessar esses espaços — especialmente a partir do século XX passaram a surgir questionamentos sobre a ausência histórica de vozes femininas. Maria Luísa Ferreira (2009) analisa um episódio envolvendo Sócrates, visto acima, em que as mulheres são retiradas do recinto antes de sua morte, e argumenta que esse gesto reforça a ideia de que a morte do filósofo só poderia ser presenciada por outros homens. Tal exclusão se conecta diretamente com a crença de que apenas o homem era capaz de suportar e compreender racionalmente os grandes acontecimentos da vida.

Essas exclusões revelam o quanto a filosofia foi moldada para funcionar como um espaço de poder masculino, no qual as mulheres deveriam apenas obedecer ou assistir de longe. As poucas que ousaram pensar e escrever foram, muitas vezes, ridicularizadas ou tiveram suas obras publicadas em nome de homens. A invisibilização das filósofas fez com que muitas pensadoras fossem apagadas da história ou tivessem seus textos ignorados ou marginalizados.

Com a análise dos textos de Maria Luísa Ferreira (2009) e de Juliana Pacheco (2015), é possível perceber a importância de resgatar essas contribuições esquecidas. Quando as mulheres passam a frequentar os espaços acadêmicos, ainda que em menor número, surgem perguntas fundamentais: por que não aprendemos sobre elas? Quais foram suas ideias? Por que não aparecem nos livros de filosofia? Ao serem levadas a sério, essas questões revelam não apenas um erro histórico, mas uma escolha política de exclusão.

Na obra *Mulheres na Filosofia de Maria Luísa Ribeiro*, a autora apresenta elementos que desmontam a crença de que a filosofia é exclusivamente masculina. A partir de uma

leitura crítica e comprometida com a equidade de gênero, Ribeiro mostra como a produção intelectual das mulheres foi silenciada por séculos. Ela também revela que muitas dessas pensadas já tinham voz desde a antiguidade, mas foram intencionalmente apagadas. As mulheres trans, as lésbicas e outras identidades marginalizadas já estavam presentes nos textos, mas não eram reconhecidas por conta da normatividade imposta pelo patriarcado.

O olhar recuperado por Ribeiro é, portanto, um olhar de justiça epistemológica. Trata-se de reconhecer que a filosofia só se torna completa quando é atravessada por diferentes corpos, saberes e vivências. Ao incluir as mulheres, a filosofia não perde seu valor; ao contrário, amplia suas possibilidades e se torna mais humana. Quando pensamos nos obstáculos que elas enfrentaram, desde a ausência nos salões de debates até as proibições de publicação, percebemos o quanto o pensamento feminino foi intencionalmente afastado.

Por isso, hoje mais do que nunca, é urgente incluir as mulheres nos currículos, nas salas de aula, nas bibliotecas e nos projetos pedagógicos. Isso não é apenas uma questão de justiça histórica, mas de enriquecimento do próprio pensamento filosófico. Como afirma Pacheco (2016), “não há como modificar a invisibilidade sofrida pelas mulheres no passado, mas para que não permaneçam invisíveis no presente e nem no futuro, é necessário questionarmos e ao menos fazê-las visíveis no agora da filosofia”.

A partir disso, compreendemos que, quando a mulher está decidida a ocupar um espaço, é fundamental que os homens permitam, mas sobretudo que a própria mulher reconheça sua capacidade e se autorize a agir. No decorrer da história, a entrada das mulheres nos campos do saber, especialmente o filosófico, foi marcada por tensões. A figura masculina, por muito tempo, monopolizou a autoridade intelectual e científica, o que contribuiu para que as mulheres fossem vistas como seres inferiores, sem quaisquer qualidades para pensar, argumentar ou criar. Ainda que suas contribuições fossem significativas, raramente eram reconhecidas ou registradas. Foi apenas quando as mulheres começaram a escrever suas próprias histórias e a reivindicar seus lugares na sociedade que se iniciou um lento processo de transformação.

Essas mudanças começaram a surgir quando as mulheres perceberam que estavam sendo constantemente silenciadas, não por falta de competência, mas por estruturas que naturalizam a desigualdade. A história da filosofia está repleta de episódios nos quais as mulheres foram deliberadamente afastadas das decisões e dos debates. Quando elas passaram a estudar, a escrever e a ensinar, começaram também a desvelar os mecanismos de exclusão e a criar estratégias para ocupar os mesmos espaços dos quais haviam sido excluídas por séculos.

Ferreira (2009) e Pacheco (2015) mostram que muitas mulheres só conseguiram desenvolver seu pensamento filosófico quando romperam com os padrões impostos e passaram a refletir a partir de sua própria experiência. A filosofia foi, por muito tempo, um território inóspito para as mulheres, pois a produção de conhecimento era validada apenas quando partia do olhar masculino. Contudo, ao adentrar esse campo, as mulheres não apenas denunciaram as injustiças, como também propuseram novas formas de pensar mais sensíveis, coletivas e conectadas com a realidade social.

Um dos exemplos centrais dessa exclusão é o pensamento de Platão e seus seguidores, que consideravam a mulher como naturalmente inferior ao homem. Isso é visível, por exemplo, na exclusão das mulheres dos diálogos finais de *Fédon*, e na ideia, presente em *A República*, de que o papel da mulher deveria ser subordinado ao do homem. Contudo, Sócrates, ao levar seus diálogos para a praça pública, criou um espaço mais democrático, ainda que esse modelo não tenha sido suficiente para modificar a lógica dominante. Mesmo nesse cenário, a mulher continuava sendo pensada como incapaz de refletir com a mesma racionalidade do homem.

Essa concepção androcêntrica, centrada na razão como instrumento masculino de poder, estruturou todo o campo da filosofia ocidental. A filosofia passou a ser construída a partir da ideia de que apenas o homem era dotado de racionalidade, e a mulher, por ser associada à emoção, era vista como um ser menos apto ao pensamento abstrato. Como aponta Espinosa, há um questionamento provocador: se a razão é universal, por que ela é historicamente atribuída apenas ao homem? A resposta está no modo como o poder se articula com a linguagem, o saber e a cultura: quem detém o poder de nomear, de publicar e de ensinar, determina o que será reconhecido como conhecimento legítimo.

Essa divisão de saberes, que separa o pensamento masculino e o feminino como se fossem inconciliáveis, é um dos pilares do patriarcado ocidental. O pensamento filosófico, ao excluir a mulher de sua construção, cria um paradigma no qual ela é apenas objeto, nunca sujeito. A mulher não é autorizada a pensar que ela deve apenas obedecer, servir ou se calar. É essa lógica que fundamenta a exclusão histórica das mulheres da filosofia, e que precisa ser combatida por uma nova concepção de razão, mais inclusiva, plural e democrática.

Ferreira (2009) e Pacheco (2016) evidenciam que as mulheres, ao ingressarem nos espaços de poder e de pensamento, não apenas reproduziram a estrutura existente, mas propuseram novas formas de ver o mundo. Sua filosofia é marcada por uma pontualidade ética, por um compromisso com a justiça social e por uma preocupação constante com o

coletivo. A mulher, ao filosofar, muitas vezes parte da realidade concreta, de sua experiência como cuidadora, educadora, profissional e militante. Isso faz com que seu pensamento seja essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Quando uma mulher impõe uma ideia, ela não o faz apenas por vaidade ou protagonismo. Muitas vezes, essa ideia nasce de um percurso árduo, de lutas pessoais, de exclusões sistemáticas e de resistência. Ao reivindicar o direito de filosofar, a mulher está também reivindicando sua humanidade. Repetimos o apontado por Pacheco (2016, p. 31) e que já foi citado logo acima: “não há como modificar a invisibilidade sofrida pelas mulheres no passado, mas, para que não permaneçam invisíveis no presente e nem no futuro, é necessário questionarmos e ao menos fazê-las visíveis no agora da filosofia”.

Assim, podemos afirmar com segurança que as mulheres sempre estiveram presentes na construção do pensamento. O que faltou foi o devido reconhecimento. Resgatar as filósofas esquecidas é resgatar também um pedaço da história que nos foi roubado. Ao valorizar suas contribuições, estamos não apenas corrigindo uma injustiça histórica, mas também abrindo caminhos para que novas gerações de mulheres se reconheçam como pensadoras, criadoras e agentes transformadoras da sociedade.

É por meio desse reconhecimento que as mulheres indígenas, por exemplo, podem ensinar às suas filhas que elas não são inferiores, e que não precisam aceitar o silêncio como destino. Quebrar o ciclo da opressão começa com o acesso à educação, ao conhecimento e à história. A filosofia, quando inclusiva, deixa de ser instrumento de opressão e passa a ser ferramenta de emancipação. Por isso, mais do que incluir mulheres nos livros de filosofia, é preciso ouvi-las, estudá-las e respeitar seus modos singulares de pensar e existir.

## **CAPÍTULO 2 - NÍSIA FLORESTA E A LUTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES**

A invisibilidade da mulher no contexto social aponta para uma análise da temática em como as mulheres são vistas perante a sociedade e como são tratadas de um modo geral, sendo que, em muitos casos, a mulher ainda não é apresentável como um indivíduo existente no âmbito social. Pode-se afirmar também que a tradição cultural kaingang está presente desde a criação das nossas ancestrais, influenciando no modo como a mulher indígena é compreendida e afirmada em suas comunidades – por isso a nossa ideia consiste em demonstrar a realidade em que algumas mulheres ainda vivem e não possuem nenhum conhecimento para partir para a mudança.

E isso gera uma certa provocação em relação a essas mulheres que não conhecem seus direitos e não estão preparadas em absoluto para aprender que elas, enquanto mulheres de hoje, já não estão presas a um passado tradicional remoto, sendo que o tempo já passou e que elas devem conhecer o modo de conviver no meio da sociedade e também a começar ensinar os seus filhos de outra maneira. Com isso muitas mulheres ainda estão acostumadas com esse modo de viver, foram ensinadas a viver dessa maneira e não fazem questão de ver que elas possuem um modo diferente que pode ser diferenciado das pessoas mais velhas. Pensando nisso, também me encorajei a partir do meu pensamento tratar dessa realidade da mulher indígena e incentivá-las a perceber que a maneira em que elas vivem pode ser mudada.

Muitas mulheres ainda não saíram de suas comunidades indígenas e, se saem, acabam se arrependendo, dadas as dificuldades que encontram em termos de oportunidades, o que resulta na volta para seu lugar de origem, pois percebem a dificuldade de se manter fora de sua comunidade; com isso, a ideia é apresentar a maneira de pensar das mulheres e fazer com que elas consigam um desenvolvimento capaz de mudar essa realidade vinda de seus costumes e tradições.

Partindo deste contexto, percebemos que as mulheres, desde a sua criação, são acompanhadas por lideranças e que essas lideranças ainda não deram nenhum espaço para que as mulheres pudessem participar de uma roda de conversa das decisões que os mesmos, sempre os homens, tomam sobre o andamento da comunidade, inclusive o exercício do papel

de cacique. Acredita-se que a mulher possui o mesmo consentimento e o mesmo empoderamento, só basta adquirir novos aprendizados sobre a sua importância e demonstrar a todos o que se sabe, e não deixar que os próprios homens as silenciem. É necessário, na maioria vezes, a mulher enquanto dona do lar buscar um diálogo mais profundo com seu próprio companheiro e começar pela conversa que tem em casa; aos poucos, ir provocando os próprios homens para, no espaço deles mesmos, ouvir a sua fala. Partindo daí, o homem começa a levar esses debates na sua roda de opinião entre os outros homens da comunidade.

Somente a partir daí a própria mulher começa a mudar a forma de viver e vai instigando as outras mulheres a começarem a conversar sobre questões que elas podem dividir nesse espaço com seus companheiros; o começo de tudo é apenas uma conversa em casa e somente depois vai aos poucos ocupando seu lugar.

### **2.1. Nísia Floresta: do direito das mulheres e da injustiça dos homens**

Dionísia Gonçalves Pinto, mais conhecida como Nísia Floresta, nasceu em 12 de outubro de 1810, na cidade de Papari, no Rio Grande do Norte. Foi a primeira mulher que se encorajou em descrever a realidade das mulheres e a maneira em que elas também deveriam se comportar perante a sociedade. Foi a mulher que inspirou outras mulheres a enxergar a realidade em que elas estavam vivendo. Ainda naquela época, entre 1832, a mulher era preparada somente para atender às demandas dos homens.

Seu pai era advogado, um português liberal, casado com uma viúva brasileira. Conta a história que naquela época as famílias de elite traziam consigo os costumes de fazer com que as meninas casassem bem cedo, então, com 13 anos, Nísia foi obrigada por seu pai a casar-se com um grande proprietário de terras, Manuel Alexandre Seabra de Melo. Segundo relato de textos, esse casamento foi forçado e Nísia vivia um casamento infeliz, de modo que retornou à casa de seus pais. E com o passar de alguns anos a família de Nísia teve que se mudar -se de cidade para que seu pai conseguisse trabalhar em sua área de advocacia, que em um determinado momento ganhou uma causa e começou a ser perseguido e foi morto por uma emboscada feita por tiranos que pagaram outros para dar um fim na vida de seu pai.

Com 22 anos, Nísia publicou seu primeiro livro, *Direito das mulheres e injustiça para os homens*, já vivendo uma vida amorosa com o estudante de direito da Universidade de Olinda, Manuel Augusto de Faria, com quem teria seus três filhos. Com o passar dos tempos, Nísia teve que novamente mudar de cidade, onde veio para Porto Alegre para fugir das ameaças vindas de seu ex –companheiro, que não aceitava o abandono e que estava disposto a processá-la por adultério e abandono de lar. É uma história bastante complexa, que contém

características inusitadas e polêmicas de Nísia, que desde aquela época as mulheres já vinham sofrendo diversos tipos de violência e que, na maioria das vezes, era necessário fugir do lugar para que suas vidas estivessem mais seguras, e que as autoridades não davam nenhuma importância sobre como cuidar das mulheres e ter uma certa sensibilidade em relação ao cuidado que deveriam de ter com as mulheres e ajudá-las quando estivessem em situação de perigo.

Em 1838, Nísia fundou o Colégio Augusto no Rio de Janeiro, mas ela já atuava como educadora no Nordeste, seus ensinamentos eram voltados mais para o feminismo, essa era a temática central de seus estudos. Analisando os escritos que Nísia apresentava, percebe-se que a autora toma um certo cuidado com o que iria escrever, pois seu público alvo eram os homens que tinham mais acesso à educação ou à leitura. Sendo assim seus textos falavam sobre o que ela queria ensinar às mulheres sem ofender aos homens. Nísia só queria que as mulheres fossem tratadas com igualdade e que os homens dessem voz a suas falas e escritas.

A investigação voltada para o texto *Direito das mulheres e injustiça para os homens*, o qual é uma forma de apresentar o papel da mulher no anseio da sociedade brasileira, o que também serve para pensar e apresentar o papel das mulheres indígenas em suas comunidades. Sendo que, na maioria das vezes, a mulher serve como um objeto que simplesmente é usado e deixado de lado. A partir desse contexto, é centralizada a função da mulher, cuja única utilidade consiste em servir para ser usada como instrumento moldável, a mãe é de fato responsável pelos afazeres domésticos e na criação de seus filhos. Já os homens têm como sua principal função manter as condições financeiras de sua residência. No entanto, o modo como a mulher é tratada começou a mudar a forma e a visão que todos deveriam enxergar.

Mas, na maioria das vezes, a mulher indígena é ameaçada por simplesmente não aceitar o que está acontecendo com ela, essas são as verdadeiras leis internas criadas pela liderança indígena, que acaba colocando a mulher como um sujeito diminuído na sociedade e que obriga as mesmas a obedecer ao seu cônjuge. Por isso, a ideia é que a mulher logo se apresente como um indivíduo que seja incluída, com direito de se manifestar quando percebe que algo está lhe atrapalhando. A ideia que Nísia apresenta é o fato da rebeldia do homem com relação aos cuidados com os filhos e usando a mulher como um simples objeto, quando ele quer, não aceitando a independência e a autonomia da própria mulher. Nísia Floresta diz:

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer, e aprazer a nossos amos, isto, é, a eles, homens (Floresta, 1995, p. 125).

Desde sempre, a mulher teve um papel fundamental na criação de filhos e manter a casa sempre organizada, ensinando seus próprios filhos a serem machistas desde aqueles tempos, acreditando que o homem sempre deveria manter sua postura, e não a ajudar nos afazeres, e nem mesmo sem se intrometer na educação de seus filhos. Muitos filhos homens da época tinham esse tipo de criação e iam passando para as outras gerações em que o homem sempre é um sujeito que nasceu para mandar e a mulher a obedecer. Nesse sentido, algumas mulheres estavam mais atentas com a ideia de que daria para mudar a forma em que a educação dos homens poderia começar em casa, para que as outras mulheres não continuassem a sofrer nas mãos alheias.

Essa realidade estava a um passo de começar a mudança histórica da mulher, pois as mulheres estavam reconhecendo que elas eram responsáveis pela educação dos filhos, de modo que poderiam mudar a maneira em que elas poderiam fazer com que os próprios filhos homens fossem capazes de fazer as mesmas atividades que elas poderiam ensinar.

Podemos assim dizer que o homem, segundo Nísia, usa a mulher como um instrumento que pode ser moldado de sua maneira, e pode dizer que a mulher foi feita para seu uso tanto na esfera política ou nas sociedades indígenas. Ora, se as mulheres quisessem mudar isso, elas deveriam começar a educar seus filhos de modo diferenciado e mesmo a conversar com seus pais e maridos buscando transformá-los.

Quanto à questão do papel da mulher, tem-se que a realidade nas aldeias indígenas é ainda mais complicada, pois, desde cedo, a menina-mulher começa somente a obedecer às regras vindas de seu pai, passando depois a obedecer as lideranças locais e, por fim, a seguir as ordens de seu esposo que, por sua vez, só serve para mandar e a mulher obedecer. A mulher indígena sempre terá que obedecer a essas regras? É uma questão que ainda falta muito às mulheres indígenas abrir os olhos para a realidade que as rodeia. Haverá uma mulher que consiga chegar nessas lideranças e começar a tentar dialogar sobre os direitos que elas possuem e que os próprios homens precisam de fato oportunizá-las, para que talvez as ideias que as mulheres tenham possam contribuir para o bom andamento de suas comunidades.

Ao descrever sobre a invisibilidade da mulher indígena, podemos atribuir vários elementos pautados para essa realidade que ainda tem nas aldeias, no sentido que a mulher deve cumprir com os mandamentos culturais e aceitar sua inferiorização. Deve somente obedecer ao seu companheiro e sua função é ficar cuidando dos filhos e dos afazeres domésticos, sendo que o homem é responsável de somente manter o sustento familiar e

“cuidar” de sua esposa, cuidado esse que na maioria das vezes acaba virando desprezo para algumas mulheres em relação a esse mesmo cuidado. Porque as mulheres que ainda vivem dessa maneira percebem que outras mulheres que não obedecem às leis destinadas pela cultura vivem um patamar bastante diferente, onde conseguem trabalhar sem dar satisfação de sua vida pessoal a ninguém, a não ser cumprir com as leis internas.

Nísia propõe um exercício mental, convidando-nos a pensar se, em algum momento da vida, mudássemos o sexo do dia para a noite, de modo que o homem passasse a ser mulher e a mulher, homem, o que aconteceria com um homem que cumprisse com as obrigações de suas amas. Com certeza não duraria por muito tempo, pois a mulher, apesar de ser sensível segundo os homens, consegue aguentar muito sem nada reclamar, por isso as mulheres devem de alguma maneira mostrar ao homem o quanto elas suportam sem muitas vezes o homem perceber. Então, como consequência desse exercício mental, em termos de inversão de papéis, segue a afirmação de quem usa os homens de fato é a mulher:

Eu não me proporia a fazer ver a futilidade deste raciocínio; mas concedendo que ele tenha alguma ponderação, estou certa que antes provará que os homens foram criados para o nosso uso do que nós para o deles (Floresta, 1995, p. 126).

Na intenção do homem, ele traz uma expectativa que a mulher por sua vez traz consigo um vínculo empregatício, quando se trata da criação de seus filhos, cuidando, educando, coisa que eles jamais se submeteram a assumir esse compromisso, talvez pela falta de coragem ou até mesmo que dizem que essa função é somente da mulher e eles só são responsáveis pela manutenção das partes financeiras e um modo de vida estável de sua família. Por isso, podemos, de alguma forma, começar a pensar sobre esses conceitos de educar, dialogar sobre o papel que a mulher deve usar perante a sociedade; os homens deveriam sempre estar atentos quando uma mulher fala, porque delas está vindo a maneira em que a sociedade vai estar. Sendo que a mulher, só por ser mulher, não terá a sua voz ouvida.

Nesse contexto, podemos afirmar que a mulher, muitas vezes, deixa de lutar para ser vista como uma pessoa que se faz presente, não só na sociedade, mas também no âmbito familiar. Muitas mulheres, em seu próprio lar, estão acostumadas a sempre perguntar ao seu companheiro se podem fazer algo ou não. Essa é uma regra criada pelas pessoas mais velhas, que não aceitam ver uma mulher decidindo algo que, segundo eles, é uma quebra na cultura, mas as mulheres de alguma forma conseguem conquistar aos poucos que os tempos mudaram, só não enxerga quem não quer, ou faz de conta que nem ouviu um argumento feminino e passa despercebido. Assim, “no fim da década de 1980, contudo, uma imagem correu o

mundo e mostrou a força e a coragem das mulheres indígenas no campo das lutas de base e na defesa de seus direitos coletivos” (Souza; Silva; Rezende, 2021, p.123).

No entanto, por que a mulher é sempre invisível, se cabe a ela tanto compromisso sem ninguém perceber? Na maioria das vezes, a mulher sempre será um indivíduo como uma chave principal em uma sociedade, os grandes governantes foram ensinados por uma mulher que na maioria das vezes nunca aparecem. Quando se trata de lideranças indígenas, a mulher merecia um lugar específico perante a sociedade, pois dela se gera grandes militares que nunca dizem nem reconhecem que tiveram uma boa educação por parte de uma mulher, e sim que essa mulher segue sempre sendo uma peça invisível. Nesse sentido, poderíamos afirmar que a mulher deve ser reconhecida como um indivíduo que deve ser plausível em qualquer esfera pública, pela geração e pela educação que ensina a todos os indivíduos de grande poder público. Por isso, a maneira que a mulher é tratada traz uma angústia e uma grande contradição: ela é a base da formação de todos, mas também é desprezada enquanto ser humano – ela é determinada a ser boa mãe, cuidadora e educadora, mas ninguém a reconhece nem reconhece isso. Ela deve formar bons homens, mas é irreconhecível e desprezada pelos mesmos homens que ela forma:

Que direito pois têm eles de nos desprezar e pretender uma superioridade sobre nós, por um exercício que eles partilham igualmente conosco? Todos sabem, nem se pode negar, que os homens olham com desprezo para o emprego de criar filhos e que isto, às suas vistas, têm uma função baixa e desprezível (Floresta, 1995, p. 126).

Ao analisar as citações acima, temos certeza de que a mulher sempre deveria ser vista como prioridade, pois o homem precisa reconhecer que elas são as que deveriam sempre estar sendo representadas no meio público, mas essa realidade não é bem-vinda em algumas sociedades, simplesmente seguem sendo as menos valorizadas. No contexto da sociedade, poderíamos viver sem uma representatividade masculina, conseguimos com toda a certeza sempre sermos representadas por mulheres que ao longo do tempo estão se preparando e brigando pelos direitos de ser representadas pelo mesmo gênero.

## **2.2. Nísia Floresta e luta das mulheres indígenas por dignidade**

Segundo os homens, as mulheres precisam ficar somente nas funções de menos responsabilidade e profundidade por serem sensíveis e não terem coragem para encarar os problemas, e por falta de habilidade, e isso nos mostra que a mulher sempre foi capaz de ensinar e manter uma ordem tanto na família quando na sociedade, e agora demonstrando a

todos que sempre soube educar e sempre será a base principal de um bom andamento de uma sociedade. Nesse sentido, “em um estado tranquilo e bem regido, a maior parte dos homens são inúteis em seu ofício e inútil toda sua autoridade, mas as mulheres não deixarão jamais de ser necessárias enquanto existirem homens e estes tiverem filhos” (Floresta, 1995, p. 127).

E, no âmbito das comunidades indígenas, a realidade não muda, a mulher sempre é responsável pela criação e a maneira de se formar bons homens a serem os responsáveis pela sociedade que os mesmos representam, mas, quando eles chegam no poder, acabam esquecendo que foram educados por uma mulher e que tudo o que sabem foi por uma mulher que os ensinou. E, na maioria das vezes, quando uma mulher indígena precisa de uma apoio moral, simplesmente é ignorada pelo fato de ser mulher e deve sempre obedecer somente ao homem. Por isso, é necessário que as mulheres estejam sempre preparadas para enfrentar essa realidade, começando a se interessar a estudar e a conhecer as leis que podem protegê-las.

Mas as mulheres indígenas precisam conhecer a realidade e tentar se libertar, não quebrando regras da cultura, mas sendo reconhecidas como mulheres que podem claramente estar incluídas em uma sociedade que as valoriza enquanto mulheres, porque, na maioria das vezes, é necessário quebrar as regras agora para que as outras meninas mulheres sejam bem-vistas por alguém que lutou por elas. E ainda haverá um grande problema em relação a quem educar, porque, se na maioria das vezes educa para que um dia esse homem seja bem-visto, porque a partir de agora não se começar a ensinar a mulher desde pequena que também pode ser como um homem para tomar suas decisões e mostrar que consegue dar um bom andamento para uma sociedade?

Também a mulher sempre pensa no bem-estar de todos, ela não tem interesse de crescer sozinha. Acredita-se que, por ser sensível, ela é inferior, mas a verdade é que ela sempre está pensando em ajudar ao seu próximo; já na educação do homem, este é mais ambicioso, estão sempre preocupados em enriquecer sozinhos ou a centralizar todo o poder, de modo que a sua ambição toma conta das suas ações, fazendo com que ele pouco olhe para os que mais necessitam. Segundo Nísia Floresta:

Se os príncipes e os ministros se sacrificam algumas vezes pelo bem público, a ambição é o único móvel, é para adquirir poder, riquezas e esplendor, que eles fazem. Porém, nossas almas são mais generosas, não atendem senão o bem das crianças (Floresta, 1995, p. 127).

Descrevendo essa realidade, conseguimos declarar que a mulher, ontem como hoje, busca basicamente cuidar de todos, sendo altruísta, e não individualista, cuidando mais dos

outros que de si própria. A mulher possui um coração inocente e muita inteligência, que as tornam capaz de enxergar e cuidar, quando todos acham que ela não viu nada, de modo que ela de pleno direito deve ser vista como ser fundamental para o bom andamento de suas famílias e comunidades em geral, sempre zelando pelo cuidado em geral para que todos possam viver honestamente. Inclusive, a mulher tem esse cuidado não só com seus próximos, mas tenta agradar um por um; já o homem é mais grosseiro, sempre está voltado ao seu cuidado em especial, esquecendo que muitos esperam que ele aja com caridade, cuidando para que todos possam viver uma vida sem desigualdade e o seu cuidado deveria ser de forma conjunta para que ninguém se perca pelo caminho.

Sem dúvida, a mulher deveria ser vista pelos homens como um ser que precisa também de cuidados pela sua dedicação aos cuidados que elas possuem em relação ao cuidar da diversidade, pois elas estão mais preocupadas na maneira de como cuidar e educar a todos do que de si próprias. Deveria haver e ser instituída uma honra específica por cuidar sem pedir nada em troca somente respeito, porque, na maioria das vezes, elas gritam para ser ouvidas, são tantas vozes que os próprios homens fingem não ouvir, e as mulheres sofrem por tentar demonstrar seus sentimentos. Essa é uma das realidades que precisa ser vista para que as mulheres demonstrem a sua sabedoria em relação ao cuidar. Segundo Floresta:

Sem dúvida é preciso que os homens tenham imaginação bem corrompida para olharem um exercício tão importante, como baixo e desprezível e para lhe recusar toda estima que na realidade merece. Com que liberdade não se recompensa aquele que consegue domesticar um tigre, um elefante e outros semelhantes animais? E as mulheres que passam seus belos anos ocupadas em amansar o homem, este animal ainda feroz não serão pagas senão com desprezo? (Floresta, 1995, p. 128).

A maneira em que somos vistas só falta um lugar que abra as portas para descrever os nossos sentimentos para conseguir preencher esse vazio que existe em seus ofícios. Mas na maneira em que está se repercutindo, chegará um dia que o homem irá perceber que existe uma maneira de sermos iguais a eles pela razão; somente a razão quebrará o conceito da desigualdade, pois vale tanto para eles como a nós, e esperamos que as mulheres reconheçam que possuem as mesmas habilidades que os homens. Somente assim seremos tratadas com direitos iguais aos deles. Conforme a autora, “se os homens concordam que a razão se serve tanto deles, como de nós, está claro que ela regerá igualmente tanto uns como a outros; mas o caso é bem diferente” (Floresta, 1995, p. 129).

Se analisarmos os conceitos que fazem com que nós mulheres estejamos a um passo de sermos iguais ao homem, existe algo que faz com que sejamos vistas como sujeitos com identidades (e capacidades) diferentes das deles, mas, se fôssemos observar a diferença, bem como as capacidades comuns, entre os gêneros, afirmaremos que somos iguais, e não é pelo fato de ser mulher que nos tornamos diferentes, e sim o fato de que podemos lutar sem olhar pela parte que nos difere. “Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre nós e eles” (Almeida; Angelin; Veronese, 2021, p. 4).

A partir disso, é possível identificar que ainda existe algo que nos impede de sermos iguais aos homens, que é a manutenção de uma cultura patriarcal, a qual impede as mulheres de efetivamente dizer e ser o que pensam e querem, de modo que, para se emanciparem, elas terão de lutar pelos seus direitos de igualdade. A sociedade precisa saber que a mulher também possui sentimentos e direitos que devem ser ouvidos e respeitados. Nas comunidades indígenas, as mulheres ainda precisam dar seu grito e mostrar o quanto fazem diferença entre seus pares, na aldeia onde residem, mostrando suas capacidades e se envolvendo entre as lideranças para que os próprios homens consigam enxergar que a voz da mulher sempre é bem-vinda e precisa de mais atenção.

Desde de 1988, A Constituição Federal conseguiu destacar que os indígenas fossem reconhecidos pelo judiciário em particular e pelo Estado brasileiro de um modo mais geral; desde então, começaram os movimentos indígenas que visam sempre por buscar seus direitos como indígenas, capazes de lutar pela igualdade entre os povos, mas pouco se fala sobre o direito da mulher indígena dentro de suas comunidades e, quando querem falar, em geral são repreendidas e oprimidas, e na maioria das vezes são agredidas sem direito de defesa. Por isso, precisamos que algum órgão responsável pelos direitos indígenas. Vejam que a mulher é igual ao homem e que nada as diferencia deles, precisamos ser vistas pela sociedade indígena e nas diversidades em que os encontramos. Esse é o foco, inclusive, das organizações de mulheres indígenas que surgiram na década de 1980, na sociedade brasileira (Almeida; Angelin; Veronese, 2021, p. 14).

E isso se expandiu no passar dos anos, sempre com desafios enormes, pois, ainda com todos esses anos de luta pelos seus direitos dentro das sociedades indígenas, as mulheres não conseguiram ser livres para se expressar. Trata-se de um patriarcado que precisa ser visto com bastante cuidado, devendo ser desconstruído gradativamente, para que as mulheres possam ter espaço, voz e vez.

Muitos acham que a participação e a autonomia femininas representam, nas comunidades indígenas, uma quebra na cultura, mas acredito que os tempos mudaram e que as mulheres já possuem bastante conhecimento sobre os seus direitos, de modo que não se pode simplesmente reproduzir o patriarcado dentro das aldeias indígenas e por parte dos homens indígenas. Ao não se revisar a tradição cultural interna às comunidades, assim como da sociedade brasileira de um modo mais geral, gera-se ou reproduz-se a inferiorização, a exclusão e a violência para com as mulheres.

Segundo a pesquisa, Charles Taylor (1994) trabalha na perspectiva do reconhecimento equívoco de identidades, o qual pode gerar, por conseguinte, uma distorção identitária que irá inferiorizar, oprimir ou menosprezar pessoas ou grupo social, gerando desigualdades, como é o caso das mulheres e, no presente estudo, dos próprios povos indígenas, ou seja, não se nega as identidades indígenas, mas o seu reconhecimento é equívoco e, por isso, esses povos precisam buscar reconhecimento que não os oprima e não lhes retire direitos de cidadania, respeitando suas diferenças (Almeida; Angelin; Veronese, 2021, p. 07).

## **CAPÍTULO 3 - MULHERES INDÍGENAS: EXCLUSÕES E INVISIBILIDADES**

A história de vida de Nísia Floresta e os obstáculos enfrentados por ela para ser incluída no meio filosófico revelam aspectos centrais da exclusão de gênero na tradição do pensamento ocidental. A análise feita por estudiosos da história da filosofia mostra que, durante muito tempo, a mulher foi tratada como um ser secundário, tanto nos textos quanto na prática social. Nísia foi uma pensadora à frente de seu tempo, mas, assim como tantas outras mulheres, teve sua produção marginalizada por ser mulher. Essa mesma lógica se repete, ainda hoje, em muitas comunidades indígenas, onde a mulher é ensinada desde cedo a obedecer e silenciar.

Segundo Margutti (2019), a escrita de Nísia só começou a ser levada a sério quando pesquisadores contemporâneos decidiram revisitar seus textos e perceberam sua importância para a história das ideias no Brasil. Esses escritos, em muitos casos, só se tornaram conhecidos porque houve um movimento de resgate por parte de estudiosos comprometidos com a justiça histórica e epistemológica. Em contextos como o das comunidades indígenas, essa exclusão se intensifica: a mulher raramente tem o direito de expressar sua opinião, sendo constantemente desestimulada a refletir sobre sua própria realidade. A proposta deste capítulo é, portanto, refletir sobre como a trajetória de Nísia Floresta pode iluminar os processos de silenciamento vivenciados pelas mulheres indígenas e contribuir para uma luta por dignidade e reconhecimento.

### **3.1. O feminicídio e a luta pelo direito de inclusão de mulheres nas aldeias indígenas: uma análise à luz de Nísia Floresta**

Trazendo o pensamento e os ensinamentos de Nísia Floresta, compreendemos que a mulher, ao longo da história, foi frequentemente tratada como um ser incapaz de tomar decisões ou de conduzir sua própria vida. Muitas vezes reduzida a uma função doméstica e subalterna, foi colocada em segundo plano, como se sua existência se restringisse à obediência e ao silêncio. Nas palavras de Floresta (1995), os homens, em sua maioria, acreditavam que a mulher existia apenas para servi-los e agradá-los. No entanto, esse olhar reducionista começa a se desfazer à medida que leis e movimentos sociais passaram a garantir às mulheres o direito à educação, à liberdade de expressão e ao reconhecimento como sujeitos históricos.

Essas transformações ocorreram em função de conquistas legais importantes, como a Constituição Federal de 1988, que garante igualdade de direitos entre homens e mulheres (art. 5º, I), além de leis específicas como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que protege as mulheres contra a violência doméstica e familiar. Além da legislação, é por meio do acesso a escritos de mulheres como Nísia Floresta que denunciaram o silenciamento histórico que as mulheres passaram a compreender seu valor, sua dignidade e sua força. Como ela mesma afirma, "somente quando a mulher conhecer a si mesma, e compreender que foi feita para muito mais do que obedecer, é que poderá transformar sua realidade" (Floresta, 1995, p. 126).

A trajetória de Nísia, no entanto, foi marcada por muitos desafios. Seu casamento forçado aos 13 anos, seu retorno à casa dos pais após uma relação infeliz, e sua recusa em aceitar passivamente o papel de esposa submissa são exemplos concretos de sua resistência. Segundo Margutti (2019), as decisões tomadas por Nísia causaram desconforto na sociedade da época, pois romperam com os padrões tradicionais esperados das mulheres. Ao contrário de muitas de seu tempo, ela ousou abandonar um relacionamento infeliz e assumir publicamente sua voz como escritora e educadora, questionando abertamente a lógica patriarcal dominante.

Na realidade das comunidades indígenas, os desafios enfrentados pelas mulheres são ainda mais acentuados. Essas mulheres frequentemente vivem em contextos onde são obrigadas a aceitar casamentos arranjados pelas lideranças locais ou pelos próprios pais, mesmo contra sua vontade. Quando tentam se separar ou denunciar situações de abuso, são punidas com o isolamento ou até mesmo com penas impostas pelas leis internas da aldeia. A mulher que ousa contrariar essas normas enfrenta não apenas o julgamento moral, mas também o risco de exclusão social. Isso revela um contexto em que o "papel da mulher" é rigidamente definido e raramente questionado, mesmo diante de evidências de injustiça.

Nesse cenário, o pensamento de Nísia Floresta representa uma chave de leitura importante. Seus escritos permitem que se compreenda a necessidade de autonomia e de voz para as mulheres indígenas, que ainda são silenciadas em muitos aspectos de sua existência. As barreiras enfrentadas por essas mulheres vão além da exclusão formal: tratam-se de mecanismos simbólicos e culturais que operam para deslegitimar sua presença nos espaços públicos e nas decisões comunitárias.

O colégio fundado por Nísia no Rio de Janeiro, em 1838, foi um marco na história da educação feminina no Brasil. Ela implementou uma pedagogia voltada para a formação crítica e cidadã das meninas, rompendo com os moldes tradicionais que as preparavam apenas para a vida doméstica. Segundo Margutti (2019), seu pensamento foi fortemente influenciado pelo

positivismo, mas adaptado à realidade brasileira, buscando ampliar o campo de atuação das mulheres na vida social e política. Além disso, sua correspondência com Augusto Comte é exemplo de sua inserção nos debates intelectuais da época, mesmo sendo frequentemente excluída da historiografia oficial.

Apesar da resistência que enfrentou, Nísia soube usar a educação como instrumento de libertação, o que serve de inspiração para o contexto indígena atual. Se as mulheres indígenas tiverem acesso a uma educação que respeite sua cultura e, ao mesmo tempo, lhes permita conhecer seus direitos e refletir criticamente sobre sua realidade, é possível imaginar mudanças significativas nas estruturas comunitárias. É por isso que o legado de Nísia precisa ser levado para dentro das aldeias não como imposição externa, mas como possibilidade de autonomia e empoderamento feminino.

A coragem de Nísia em desafiar as normas de sua época reflete a necessidade urgente de revisão da forma como a mulher é tratada nas comunidades indígenas. Quando a mulher conhece a própria história, passa a perceber que não nasceu para obedecer, mas para agir. Por isso, como afirma Floresta (1995, p. 127), “[...] a mulher deve ser respeitada não por servir, mas por ser agente da mudança”. É por meio dessa conscientização que as mulheres indígenas poderão deixar de ser apenas parte de uma tradição cultural imposta e passar a ser protagonistas de sua própria história.

As diferentes interpretações sobre a obra de Nísia Floresta, como as realizadas por autores como Margutti (2019), Pallares-Burke (2010) e Almeida, Angelin e Veronese (2021) mostram que sua importância transcende seu tempo. Mesmo com polêmicas sobre plágio e adaptações em sua obra, como no caso do livro *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, cuja origem remete à escritora inglesa Mary Wollstonecraft, é inegável que Nísia contribuiu para uma ruptura simbólica fundamental na cultura brasileira.

Com base nesses estudos, é possível compreender que a mulher indígena precisa ser ouvida e protegida não apenas pela lei, mas também pela sua comunidade. Quando silenciada, ela é impedida de agir; quando encorajada, ela transforma. As mulheres sempre existiram na história da filosofia, mas foram caladas ou apagadas. Relembrá-las é uma forma de resistência. A ausência de suas vozes não é por falta de pensamento, mas por falta de permissão histórica.

### **3.2. Como a filosofia de Nísia Floresta pode contribuir para a luta pela inclusão das mulheres indígenas?**

A filosofia de Nísia Floresta traz à luz um pensamento emancipador e profundamente atual, capaz de contribuir significativamente para a luta das mulheres indígenas por visibilidade, dignidade e participação social. Ao escrever *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, publicado em 1832, Nísia denunciava o fato de que “[...] os homens olham com desprezo para o emprego de criar filhos e que isto, a seus olhos, tem uma função baixa e desprezível” (Floresta, 1995, p. 126). Essa crítica à desvalorização das funções exercidas pelas mulheres permanece atual, especialmente quando observamos como as mulheres indígenas continuam sendo excluídas dos espaços de decisão, mesmo sendo elas as principais responsáveis pela educação e manutenção de suas comunidades.

A autora defende que a mulher é dotada de razão e deve ser respeitada como tal. Em suas palavras: “Se os homens concordam que a razão se serve tanto deles como de nós, está claro que ela regerá igualmente tanto uns como outros” (Floresta, 1995, p. 129). Essa visão de igualdade racional entre os sexos é essencial para repensarmos a condição da mulher indígena, que historicamente foi tratada como submissa e excluída do debate público. Ao reivindicar o reconhecimento da razão feminina, Nísia rompe com a lógica patriarcal que define o homem como sujeito do saber e a mulher como objeto de silêncio.

A filosofia de Nísia Floresta também propõe uma reflexão sobre o papel da educação como caminho para a libertação. Ao fundar, em 1838, o Colégio Augusto no Rio de Janeiro, Nísia não apenas ofereceu educação às meninas, mas também reformulou o currículo, incluindo temas filosóficos, literários e científicos, até então reservados aos meninos. Essa prática pedagógica inovadora revela seu compromisso com a autonomia feminina. Para as mulheres indígenas, a educação é igualmente um instrumento estratégico de resistência: ao conhecerem seus direitos e sua história, podem desafiar as estruturas internas que as mantêm em posição subalterna.

Segundo Margutti (2019), Nísia Floresta usou a escrita como forma de ação política, sendo pioneira ao denunciar a condição injusta das mulheres brasileiras. Ao ser rejeitada pelos homens de sua época, por romper com a tradição patriarcal, Nísia encontrou na palavra escrita sua arma mais poderosa. Essa estratégia pode ser apropriada pelas mulheres indígenas que, ao escreverem ou narrarem suas histórias, também rompem com o silêncio imposto pelas lideranças masculinas e conquistam legitimidade diante da própria comunidade.

Assim, a filosofia de Nísia Floresta é um legado que transcende o século XIX. Ela oferece não apenas uma crítica à estrutura patriarcal existente e ainda dominante, mas também propõe uma alternativa concreta: o reconhecimento da mulher como sujeito de razão, voz e ação. Ao aplicarmos essa perspectiva ao contexto indígena, entendemos que a verdadeira inclusão da mulher passa pela valorização de sua capacidade de pensar, decidir e liderar. A mulher indígena precisa ser vista não apenas como guardiã da cultura, mas como agente política e filosófica de transformação.

Portanto, ao revisitarmos os escritos e ações de Nísia Floresta, encontramos um fundamento teórico potente para sustentar a luta das mulheres indígenas por inclusão. Sua filosofia inspira coragem, ação e reflexão, oferecendo caminhos para romper com as opressões ainda vigentes nas aldeias e, ao mesmo tempo, promovendo uma educação crítica, voltada à libertação de todas as mulheres.

De fato, é essa teimosia que incomodaria muitos dos homens da mesma época, por que Nisia, em relatos vistos, sempre demonstrou sua coragem e a palavra dos mesmos seria para ela um tanto faz ou um faz de conta que nem ouviu; é nisso que muitas mulheres, principalmente as indígenas, precisam se inspirar, isto é, essa mesma coragem de fazer com que suas vozes sejam ouvidas. Mesmo sendo rejeitadas, as mulheres precisam dar um passo e enxergar a realidade que as cerca, sempre pensando no melhor para elas e para as outras meninas que tiverem a coragem das mães, lutando por elas.

Abro espaço para relatar sobre um caso que chocou a comunidade regional. Foi o caso da menina Daiane Griá Sales, uma jovem Kaingang de 14 anos que foi abusada e brutalmente assassinada no interior de Redentora – RS. O réu foi condenado a mais de 36 anos de cadeia, caso que primeiramente foi considerado feminicídio, mas também chegou a qualificação de “etnocídio” por ela ser indígena. O Levante feminista RS (2025) afirma que:

Pela primeira vez em nosso país um julgamento de feminicídio, julgado em júri popular, chega à qualificação do homicídio como “etnocídio”, significa que o assassinato de Daiane Kaingang não foi apenas por discriminação de gênero, mas porque a sua condição de indígena levou o assassino Dieison Zandavalli a escolhê-la para estuprar, estrangular, matar e abandonar seu corpo para ser comido por animais em meio de uma lavoura, por ser uma adolescente indígena.

Nas aldeias indígenas, é muito frequente uma mulher ser agredida e ninguém se importa, as lideranças locais não levam isso em consideração pelo fato de a vítima ser mulher. Isso vem se passando de anos após anos, pois a mulher indígena nunca teve apoio em

qualquer situação: se essa mesma mulher fosse agredida até iria buscar socorro nas autoridades (cacique e liderança) e simplesmente ela apenas voltava para casa toda machucada e seu companheiro na maioria das vezes nem era punido.

Na maioria das vezes, as mulheres indígenas acabam aceitando a violência por elas vividas e não conseguem se libertar disso. Vivem em um mundo que só falta a descrição chegar à porta para lhes alertar dos perigos que elas estão correndo. Esperamos que não aconteçam mais casos parecidos como o de Daiane, para que nossas lideranças abram os olhos para a realidade acontecida. E nossa futura geração precisa estar em alerta para que não sejam vítimas de uma agressão escondida, para que nossas meninas saibam que alguém lutou para que elas tenham suas vidas seguras, mas cabe ainda ressaltar que é preciso um líder saber quais as leis que precisam serem incluídas no meio de uma comunidade para que as mulheres indígenas possam ter seus corpos respeitados e consigam demonstrar interesse em saber para qual finalidade se luta.

E Nísia demonstra claramente que a mulher precisa ser independente, ter no mínimo um pouco de coragem, somente assim ela terá voz e vez em expressar o que está sentindo. Para Margutti (2019, p. 226), “com efeito, do ponto de vista da ação, ela mostra um comportamento bastante independente e heterodoxo, como pudemos concluir a partir dos relatos de sua vida”.

Ao ver o cenário em que as mulheres são tratadas como seres menores, imaginamos um mundo sem ideias e inovações. Através disso, conseguimos também destacar que a mulher, desde as épocas passadas, sempre foi tratada como um indivíduo que só serve como instrumento de utilidade própria, que cada homem tem a mulher como sua escrava que faz somente o que ele acha que seja certo.

Mas até quando vamos conseguir segurar esse pensamento que só existe na visão masculina, e na realidade a mulher pode tomar as decisões, porque felizmente outras mulheres lutaram por esse direito e hoje conseguimos dizer que eu só faço o que eu devo fazer, no momento em que as mulheres pararem para pensar sobre o patriarcado que foi deixado em alguns escritos verá a necessidade de mudar esse comportamento ridículo deixado pelos homens, que achavam que a mulher nunca iria mudar e que nenhuma ia ter coragem de enfrentar a realidade vivida, a mudança e coragem já vinha desde as épocas antigas. As lutas das mulheres indígenas começaram quando elas estavam cansadas de só ouvir e não poderem impor suas ideias, por serem mulheres, e segundo o patriarcado as mulheres sempre teriam que ouvir e obedecer, pois então começaram os movimentos das mulheres indígenas que lutavam por melhores condições de vida em sua própria comunidade.

Ser mulher indígena em um contexto patriarcal colonizador significa conjugar a falta de reconhecimento ou o reconhecimento equivocado por ser mulher, o sofrimento étnico por ser indígena e as agruras da pobreza econômica para viver em uma sociedade capitalista (Almeida; Angelin; Veronese, 2021, p. 20).

A descrição sobre o feminismo abre alas para a identificação do cenário em que o patriarcado é destinado sobre o modo em que as mulheres deveriam se comportar perante a sociedade: que a mulher por ser mulher deve viver no espaço doméstico, servir ao seu companheiro, fazendo com que eles se acostumem com a ideia de que tal atividade não é determinada para ele por se tratar de ser homem. O mal de tudo isso que foi relatado é que algumas mulheres ainda fazem os gostos dos homens, isso as coloca em um grau tão baixo que não conseguem falar que eles também conseguem fazer as mesmas atividades que elas. Isso faz com que as mulheres não estejam ensinando seus filhos de como se comportar diante de fatos que mais tarde irão desenvolver por si próprios.

Por essa ocasião, as mulheres estão se tornando inferiores aos homens, por estarem aceitando essa determinada vocação; não conseguem estudar porque têm as atividades domésticas a seus cuidados, fazendo com que aquele compromisso seja somente delas; e, se as mesmas saírem para fazer algo diferente além dos costumes, quem fica em casa sofre as consequências por não ter nenhuma vontade de aprender a se defender em determinadas situações. Por isso, a mulher-mãe desde cedo precisa ensinar seu filho homem a ajudar nas atividades domésticas, essa é a hora de mostrar como o seu papel como mulher é importante em todas as ocasiões, pois a mulher possui um legado importante, mas também precisa sair de seu âmbito familiar para aprender coisas novas, somente assim conseguirá destacar a sua importância perante as comunidades.

As mulheres indígenas aprendem desde cedo que existem atividades que as mesmas não podem exercer, pois estão querendo ser mais que um homem. Por exemplo, quando uma mulher indígena resolve sair de uma determinada relação, ela é punida, pois não deve tomar nenhuma decisão por si só, pelo fato dela ser mulher e que sempre terá que ter alguém que a guie. Mas, em algumas ocasiões, ela sai de sua aldeia para conseguir dar um rumo para sua vida, deixando suas famílias por não aguentar mais a opressão vinda dos homens que não entendem ou se fazem de desentendidos para não ouvir o que ela está passando naquele momento.

A mulher indígena, em épocas passadas, quando queria estudar, deveria pedir autorização de várias lideranças e de seu próprio companheiro; se fosse fazer isso sem ser

autorizada pelos mesmos, sofreria uma punição ou até mesmo seria expulsa de sua comunidade por estar descumprindo com as leis internas. Por isso, eram poucas as mulheres que estudavam na época, pois o medo tomava conta, querendo ou não ficaria difícil ter que sair de seu “habitat natural”, de modo que a história desse avanço que as mulheres tiveram é graças à coragem de algumas mulheres que se levantaram em busca de seus direitos que por lei e por costume eram negados a elas. Assim, “no quesito violência, durante o ano de 2020, em plena pandemia da covid-19, 1.350 mulheres foram vítimas de feminicídio, sendo mais de 80% pelas mãos de seus companheiros ou ex-companheiros” (Rezende; Sousa; Silva, 2021, p. 140).

Esses registros são de mulheres não indígenas que denunciaram o que estavam passando, mas a questão é que, enquanto a mulher indígena não tem um órgão responsável pelas mesmas, as mulheres sofrem caladas e não tem ninguém para as socorrer. Cabe a alguém reconhecer que as mulheres indígenas também possuem vidas que devem ser preservadas e que alguém deveria dar mais atenção quando se trata de uma mulher indígena, que busca pelos seus direitos, que também podem falar o que estão sentindo, de modo que ninguém deve sofrer qualquer tipo de agressão e ficar calada, alguém precisa ouvi-las.

Em especial sobre os casos de violência sexual, foi dito que ainda se trata de tabu no seio da comunidade indígena, de modo que as pessoas sentem receio só de ouvir falar sobre o assunto. Por exemplo, quando a vítima é adolescente não denuncia porque fica com vergonha de ser mal falada, não arruma um namorado e outros casos (Rezende; Sousa; Silva, 2021, p. 141).

A descrição sobre esses fatos não são relatos somente de épocas passadas, isso se tem até hoje em nossos dias, existem casos que a própria liderança local é presa por não relatar esses casos, por ser um caso delicado que precisa ficar no sigilo, para não expor a mulher no anseio comunitário; essa questão deveria receber um olhar mais atento, porque na maioria das vezes a mulher busca por socorro e ao mesmo tempo acaba sendo desprezada no mesmo lugar.

As comunidades indígenas deveriam buscar ajuda nos órgãos públicos, porque, se deixadas livremente às leis internas, simplesmente serão ignoradas e muitas vezes silenciadas, sem que recebam qualquer ajuda e exista um esforço para saber qual a real situação em que a mulher precisa de ajuda e que por ser mulher não possui o mesmo valor. É necessário existir uma quebra nesse patriarcado que foi deixado às mulheres como seres inferiores aos homens. A busca é constante para que as mulheres consigam enxergar a realidade que as cerca, as mulheres viviam em um mundo dominado pelo machismo que a colocava como segundo

plano, realidade essa que existe em nossos dias: essa regra foi estabelecida desde a criação antiga e quem não obedecesse acabava sofrendo as punições por eles estabelecida.

Mas com o passar dos tempos, não somente as mulheres indígenas, mas todas as mulheres independentemente de sua cor, raça ou etnia, começaram a perceber que não estava sendo certo o que elas estavam passando, e a única forma de era encarar o machismo dominante e não temer a situações que iriam passar, e isso foi tomando conta, porque as mulheres, quando decidem enfrentar algo que as incomoda, a briga é grande.

Na maioria dos casos a questão é se ninguém fizer algo para mudar, a mesma situação de marginalização será mantida e o homem continuará determinando o que a mulher pode ou não fazer: quanto menos as mulheres souberem, melhor é para os homens. Graças à coragem de algumas mulheres, hoje a situação está ficando a favor da mulher, mas a preocupação maior é com as mulheres indígenas, que ainda não conseguem se libertar de casos que, na cabeça de algumas, elas nasceram para serem dominadas, e não conseguem coragem para dizer o que pensam. Conforme Lerner (2019, p. 34), “imagine viver em um mundo em que as mulheres são consideradas tão inferiores, tão menores, tão confinadas ao espaço doméstico, tão irrelevante, que não merecem ser estudadas”.

A história sobre a inclusão das mulheres no âmbito social não é um fato muito abrangente para a nossa sociedade; por mais que tenhamos leis que nos assegurem sobre os nossos direitos, sempre teremos alguém que pensa que a mulher deve ficar dentro de casa sem saber o que tem na rua que pode ser mudado para melhor. É nessa questão que a mulher deve ter a coragem de contar a sua história, demonstrando que sempre pode estar aonde ela quiser, não é preciso passar por humilhação para mostrar que também pode ser inclusa na sociedade, sociedade essa dominada por homens que cada vez mais se acham capazes de mudar o mundo – mas, até quando uma mulher precisa ser presa para poder resistir às opressões dos homens, isso acontece muito nas comunidades indígenas, a mulher sempre que discorda de algo que ela percebe que está errada acaba sofrendo as punições das leis internas.

Há vários casos em que a mulher indígena é agredida e recorre às lideranças, porém acaba sem resultado algum. Outras se encorajaram e saíram da aldeia para morar na cidade para poder fugir das agressões sofridas, na maioria das vezes, pelos seus próprios companheiros. E foi assim que a autora Gerda Lerner precisou ser presa para resistir às pressões vindas pelos homens de sua época e foi durante esse processo que ela dividiu a cela com mais mulheres que estavam vivendo a mesma situação que a mesma.

Segundo Lerner (2019, p. 23), “tudo que precisei para sobreviver o resto da minha vida eu aprendi na prisão durante essas seis semanas”. Por isso, precisamos que mais

mulheres escrevem suas histórias para encorajar as futuras mulheres que ainda virão, elas precisam saber que desde as épocas passadas as mulheres sofriam e ninguém tomava nenhuma atitude. É através dos estudos que passamos a descobrir o mundo em que elas estavam vivendo, saber quais foram os caminhos que as mulheres da época passaram pra nós sobrevivermos até hoje.

Afirma Lerner (2019 p. 24), “as mulheres são essenciais e peças centrais para criar a sociedade”. Se, na maioria dos casos, os homens deixassem que a mulher pudesse expressar seus sentimentos, o mundo seria totalmente diferente. A luta pela inclusão está sendo um desafio a ser seguido para que outras mulheres não passem pelo mesmo processo e que ninguém venha sofrer nenhum tipo de agressão. Quantas mulheres sofrem caladas por medo de sofrer ainda mais? É necessário que as mulheres não sofram caladas, buscar ajuda e tentar descobrir por si quais são os direitos assegurados e saber que terão ajuda para não sofrer nenhuma opressão.

E não podemos esquecer o que Nísia deixou claro com a educação que teve com sua filha, sempre a incentivou a estudar e seguir uma vida sem submissão, sempre deixou que sua filha tomasse suas decisões quanto a namorar, buscou sempre ensinar quais eram as vantagens de ser uma moça sem nada para se preocupar, pois, quando uma mulher decide arrumar um companheiro, sempre há alguma possibilidade de não dar certo esse relacionamento e Nísia foi um exemplo de mulher que teve seu casamento forçado e que não durou muito e vivia essa relação triste. Esses são alguns exemplos que devemos dar seguimento, pois temos filhas e não queremos que elas passem pelo mesmo sofrimento que passamos.

O fato de a mulher indígena ser um tópico de auto libertação é uma questão que precisa ter um certo cuidado para que as meninas não caiam na tentação dos mais velhos, porque ainda existem famílias que seguem esse patriarcado acompanhado da cultura, que a mulher só se casa com o homem escolhido pela família. Nísia também se preocupou com questões correlatas em relação à mulher indígena:

É verdade que ela via a mulher como esposa e mãe, restrita ao domínio do lar. No caso das mulheres pertencentes às classes mais pobres ou originárias de tribos indígenas, ela se manifestou claramente a respeito, oferecendo propostas reformistas (Margutti, 2019, p. 228).

A descrição feita por Margutti não é só mais uma história que precisa ser lida com muito cuidado, pois, para a maioria dos homens, a mulher só precisa saber quais são os limites que eles impõem a ela. Por isso, a importância de conhecer a realidade de muitas e que

precisamos evoluir, para que outras mulheres não sofram as consequências. Pensando no bem-estar das meninas de hoje, explicando a elas o que as mulheres de mais idade passaram para que elas tenham uma vida garantida, sem estar sofrendo da maneira em que as outras passaram.

E não tinha nenhuma lei que as protegia e que muitas mulheres, na maioria das vezes a mulher indígena, sofrem e ninguém faz questão de ajudar; e, quando chegam em quem deve ajudar, acabam não se importando. Por isso, quem vai defender uma mulher indígena? Até quando a mulher indígena vai sofrer nas mãos de homens, que acham que a mulher deve ser inferior a ele? Uma questão que deve ser vista e contada para muitos saberem a situação que as mulheres indígenas passam em suas comunidades, onde muitas dessas mulheres enfrentam as leis e quebram a regra cultural, fazendo com que os homens aceitem as decisões tomadas por elas, mas até poucos anos descobrimos a realidade das mulheres indígenas, onde sofrem agressão e mesmo assim não desistiram, isso se chama resistência capaz de mudar para o melhor.

E também não podemos esquecer os escritos por Nísia sobre a criação da filha em relação à religiosidade, onde a filha recusou-se em se confessar com o padre, sabendo que tinha sua mãe como exemplo de vida e a melhor conselheira que havia. Quantas mães se acham privilegiadas em ter uma filha que pode contar tudo o que passa na trajetória de sua vida, pensando, por outro lado, com relação à educação das meninas quando se trata de conhecer alguém e poder contar para a mãe sem ser forçada a casar com uma pessoa que está conhecendo. Essa seria a realidade em que as meninas kaingang precisam ter e a mãe estar preparada para ensiná-las de uma maneira diferente do que as mesmas foram ensinadas.

A partir da análise feita pelos textos, podemos nos exemplificar pela determinação e o enfrentamento feito pelas nossas autoras acima mencionadas; as leituras são o caminho andado desde aquela época para hoje, a fim de que essas mulheres percebam que os tempos mudaram, mas na maioria das vezes essa mudança chegou para mulheres que buscam compreender o seu valor e conseguem se inserir em meio aos desafios que a sociedade impõe.

Visto que o homem, por meio de educação, aceite que possuímos a mesma razão que os mesmos, só que na maioria das vezes essa razão para eles é uma maneira de querer rebaixá-los, e a mulher só quer possuir os mesmos direitos que por eles um dia foi negado. E agora basta! E também cabe a nós mulheres não deixarmos que os homens consigam desdobrar o que já foi escrito, a mudança e o empoderamento já veio nos tempos em que a minoria das mulheres lutavam para serem inclusas no meio da comunidade.

Por isso, quando se trata da educação em que a mulher sempre foi acostumada a viver, é necessário uma mudança partindo das mesmas, não querendo que suas filhas sofram da maneira em que elas sofreram. É preciso acreditar que um dia veremos as nossas futuras gerações de mulheres kaingang estudando sem precisar ter um enfrentamento, e sim uma aceitação de suas lideranças em dizer que todas as mulheres podem fazer tudo que elas pensam, sem sofrer tortura por causa de sua coragem e demonstrar sua coragem perante a sociedade em que ela sempre viveu.

E ainda temos esperança de mudar o pensamento de mulheres que se casam, mudar essa regra vinda pela sua cultura, de que a mulher deve sempre ser inferior ao homem: desde cedo as meninas são ensinadas que elas se casaram e sempre estarão ali para agradar a seu companheiro; as mães sempre destacam que a mulher, quando se casa, ela sempre deve ficar responsável pelos cuidados da casa e servir aos seus filhos e ao seu esposo. Isso deixa um nó na garganta de quem conhece que a realidade é diferente e que aos poucos é necessário ir enfrentando o modo em que elas se comportam.

Sua atitude é de independência perante a metrópole, e seu texto deve ser lido como uma resposta da periferia ao centro produtor de discurso, portanto construtor de identidade, e mais ainda: como o grito de liberdade da mulher brasileira frente a sociedade patriarcal (Nísia, 1995, p. 17).

A mulher que não conhece esse tipo de ensinamento acaba aceitando todas essas decisões vindas por lideranças e pelos próprios pais, e acaba sempre presa a essa lei cultural. Quando uma mulher percebe que o mundo à sua volta está diferente, ela acaba acordando para a realidade e busca por melhor qualidade de vida; mesmo estando casada começa a enfrentar seu companheiro, assumindo que também possui as mesmas habilidades que ele e tudo se torna diferente, só que precisa ser persistente pois o não ela já sabe que tem, e a busca pelo sim depende de cada uma.

Em nossos dias, a mulher indígena começou a buscar direitos e enfrentar as desigualdades e, cada vez mais, busca pela igualdade no âmbito das comunidades indígenas. Ela só que precisa ser vista com bastante cuidado, porque o machismo ainda se encontra presente nas comunidades. Ainda vemos mulheres sofrendo agressão física por causa de uma decisão que ela tomou por conta própria.

O trabalho é uma questão bastante complicada nas aldeias indígenas. Algumas mulheres ainda vivem na cultura antiga, onde se diz que a responsabilidade de manter o lar é toda do homem, mas já temos experiências claras que, na maioria das vezes, a mulher, quando

casa, vive presa a tantas regras que não consegue se libertar ou acordar para a vida. Em alguns casos, o homem se cansa de sustentar a família e acaba ou saindo de casa e abandonando o lar, ou até mesmo começa as agressões dentro do âmbito familiar.

É isso que precisa ser visto com cuidado. É necessário identificar a raiz das agressões e quais os caminhos a serem seguidos, porque a mulher indígena nunca foi ensinada que ela precisa trabalhar e ajudar na parte financeira, e sim só cuidar do lar. Mas, no momento em que ela percebe que o seu companheiro está dando conta de manter a casa, ela mesmo se obriga a tomar a decisão de enfrentar talvez a liderança e o próprio companheiro para conseguir uma estabilidade financeira razoável.

Nesse sentido, há um há série de questionamentos que precisam ser vistos com cuidado, pois na maioria das vezes a mulher sofre algum tipo de agressão sem ser ouvida, e não podemos esquecer o que Nísia passou para ser incluída na sociedade e aceita pelos seus escritos, visto que, para a sociedade brasileira, a autora acima mencionada não podia ter seus textos vistos, pois seria uma vergonha para a comunidade em geral. Só que, em diversas ocasiões, seus escritos foram a base central do encorajamento feminino. Partindo desses escritos, para contar acerca da realidade da mulher indígena, podemos concluir que, se não tivesse alguém que possuísse o interesse de buscar esses ensinamentos, a história da mulher indígena sempre seria um fracasso, pois ninguém consegue ler sua história sem alguém contar. Em um tempo em que a grande maioria das mulheres brasileiras vivia enclausurada em preconceitos e trancafiada em casa sem nenhum direito que não fosse o de ceder sempre à vontade masculina, Nísia Floresta nos ensina a libertação.

E esse relato não pode ficar em prateleiras, alguém precisa mostrar a realidade em que as mulheres indígenas passam, e até quando vai ser necessário uma mulher ser machucada e sem ninguém para a proteger. Precisamos de alguém que proteja de verdade e que não fique passando a mão na cabeça dos homens que acham que a mulher nunca pode mudar, que esses ensinamentos não fiquem guardados para ninguém saber.

O lugar da mulher não é uma esfera ou domínio de existência à parte, mas uma posição dentro da existência social de forma em geral, o pensamento feminista caminha para além da visão dividida da realidade social herdada do passado recente (Lerner, 2019, p. 46).

Acerca da descrição sobre o papel da mulher, é um fato que sempre existiu essa dominância sobre quais eram as posturas que as mulheres precisavam viver e se comportar perante a sociedade. E hoje, em nossos dias, a história vem mudando aos poucos, visto que o

tradicionalismo revê o legado deixado pelas pessoas mais velhas e percebemos que são necessárias algumas mudanças em relação à história da mulher.

E descobrindo os relatos passados podemos assim afirmar que somente com a educação que deve ser incluída nas escolas de início a transformação será possível ,pois será dali o começa de uma aprendizagem onde as mulheres reconhecem quais são os seus direitos, e não se vive voltado à reprodução acrítica da cultura, e que a mulher consegue mudar os seus planejamentos futuros sem precisar de opinião dos membros familiares e muito menos pela sua liderança, pois “as mulheres pobres e as indígenas merecem especial atenção, em virtude de suas condições precárias. Elas eram as que mais precisavam de uma educação adequada” (Margutti, 2019, p. 244).

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O objetivo deste trabalho foi o de apresentar o desenvolvimento das mulheres, com ênfase especial às mulheres indígenas, tanto no espaço acadêmico quanto também em suas comunidades. O objetivo principal foi de mostrar que por muitos séculos elas foram repreendidas para expor seus textos e trazendo desde os séculos passados a importância de aprender sobre autoras que sofreram para serem vistas como escritoras filosóficas; e também através destas leituras fazer uma análise e uma crítica sobre o papel da mulher indígena em suas comunidades. A liberdade de se expor perante uma sociedade é fundamental para nós, visto que as mulheres tanto indígenas quanto não indígenas sofrem para terem suas vozes ouvidas, e o desprezo vindo de homens que se acham os super-homens e esquecem que foi através de uma mulher que hoje se tornaram o que são. Por isso, a ideia central foi refletir como as mulheres desde os séculos passados estavam educando seus filhos, se a mulher enxergar a maneira que ela os ensina irá perceber que algo deve ser mudado principalmente o modo de educar e para que ensinar.

O texto também traz elementos fundamentais sobre o feminicídio nas aldeias indígenas e o fato de não ajudar essas mulheres está cada vez mais frequente em suas comunidades, como um agravante desse fenômeno. Foi desenvolvido, através de pesquisas, os pontos principais da agressão contra as mulheres, e o assassinato de uma jovem indígena que tinha toda a sua vida pela frente, mas foi impedida de viver. Será que podemos falar de efetividade lei para prevenir e reprimir essas situações de violência contra as mulheres indígenas? A coragem das autoras aqui trabalhadas fez com que despertasse o desejo de mostrar a realidade das mulheres indígenas em suas comunidades, e também mostrar quais as punições que elas levam para poder se expressar.

A análise voltada para a questão da mulher indígena intensifica a esperança de mudar essa realidade, fazer com que elas descubram o mundo à sua volta e poder demonstrar à sua comunidade que, quanto mais elas lutarem pelos seus direitos, mais rápido chegará um momento em que os homens irão perceber que elas conseguem tudo o que querem, basta acreditar na mudança, começando por elas mesmas.

E o quesito estudar é a busca constante pelo desenvolvimento do bem-estar de todos e, no estudo, basta ter oportunidade e encorajar-se a enfrentar a realidade em que se vive, não buscar aprender ou adquirir aprendizagem só para si, mas buscar gradativamente ir repassando esses ensinamentos para outros, para que o mundo perceba a diferença de quem

sabe. Através dos textos e também com os conhecimentos sobre o papel da mulher nos diferentes espaços do mundo, tornou-se cada vez mais prazeroso descobrir o proativismo feminismo ao longo da história, fazendo com que esses conhecimentos abram caminhos para outras mulheres que tenham o desejo de se libertar da opressão vinda por homens machistas e que não aceitam que a mulher tome sua própria decisão, ou até mesmos passar por uma agressão por não aceitar suas decisões. A mulher se torna mais forte quando decide reagir às opressões e através deste encorajamento haverá mais mulheres com estímulo para contar tudo aquilo que se passa com ela a partir do momento em que decide caminhar sozinha, conhecendo sua realidade sem medo de expor seus sentimentos.

O espaço acadêmico trouxe elementos e fundamentos sobre o papel que era escondido pela figura masculina de medo de perderem o seu lugar na sociedade; por isso, a ideia foi se aprofundar nos conhecimentos para mostrar para alguém sobre a importância de ser mulher, mulher que é responsável pela vida de todos os humanos. Com isso, ser e afirmar-se como mulher garante que cada vez mais podemos mudar a realidade do mundo, começando com o modo de ensinar em casa, fazer com que todos saibam que a divisão de atividades não é separada, e sim que todos podem se ajudar para seguir um bom relacionamento tanto individual como no coletivo.

Diante desse cenário, torna-se fundamental fortalecer políticas públicas e ações coletivas voltadas à proteção e à valorização das mulheres indígenas, respeitando suas especificidades culturais e seus direitos fundamentais. O enfrentamento da exclusão e da violência exige o incentivo à educação, à formação de lideranças femininas, à ampliação da participação das mulheres nos processos decisórios de suas comunidades e ao fortalecimento das redes de proteção contra todas as formas de violência.

Além disso, é necessário promover o diálogo entre as comunidades indígenas, o Estado e as instituições de ensino, de modo que a defesa dos direitos das mulheres ocorra sem desconsiderar a autonomia e a diversidade cultural dos povos indígenas. Inspiradas pelo pensamento de Nísia Floresta, essas iniciativas contribuem para a construção de uma sociedade mais democrática, na qual as mulheres indígenas sejam reconhecidas como protagonistas de sua própria história e agentes fundamentais na transformação de suas comunidades e da sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jaqueline; ANGELIN, Rosângela; VERONESE, Osmar. Identidade, diferença e reconhecimento: um olhar sobre os movimentos de mulheres indígenas no Brasil e a pauta de enfrentamento à violência de gênero. **Direito e práxis**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 02, p. 916-939, nov. 2021.

FLORESTA, Nísia. **Uma mulher à frente do seu tempo** - direito das mulheres e injustiça dos homens. Tradução de Eliseu Lemos Padilha. São Paulo: Editora Fundação Ulysses Guimarães, 1995.

FERREIRA, Maria. **As mulheres na filosofia**. Lisboa, Portugal: Edições Colibri, 2009.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução de Luiza Sellene. São Paulo: Cultrix, 2019.

MARGUTTI, Paulo. **Feminismo, positivismo e outras tendências**. Porto Alegre - RS: Editora Fi, 2019.

PACHECO, Juliana. (Org.). **Mulher & filosofia**: as relações de gênero no pensamento filosófico. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2015.

PACHECO, Juliana. (Org.). **Filósofas**: a presença das mulheres na filosofia. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016.

PUGLIESE, Nastassja. E as Filósofas Brasileiras? Esboço de uma História. In: TROHMEYR, Armin. **Dez mulheres filósofas**: e como suas ideias marcaram o mundo. Editora Record, 2022. p. 285-312.

REZENDE, Mariana; SOUSA, Rafaela; SILVA, Liana. O movimento das mulheres indígenas: da invisibilidade à luta por direitos coletivos. **Revista eletrônica CNJ**, v. 5, n. 2, p. 137-154, dez. 2021.

---